

# **Bernardo José Abrantes e Castro: Médico, Inspector dos Hospitais Militares, Redactor, Político**

Tenente-coronel  
Rui Pires de Carvalho



## ***Introdução***<sup>1</sup>

No âmbito de investigações sobre a Saúde Militar do Exército Português, no tempo das Invasões Francesas, a figura de Abrantes e Castro (também conhecido por Dr. Abrantes ou Conselheiro Abrantes) surge incontornável pela sua actividade multifacetada e influências, quer na Medicina Castrense e Civil quer a nível Político, Diplomático, Jornalístico, Social, etc. A sua vivência situa-se num período de grandes convulsões políticas, sociais, económicas e ideológicas que abalaram o Antigo Regime e que culminará no Vintismo e todos os movimentos que se seguirão, com a consequente radicalização entre Absolutistas e Liberais (por sua vez também com evidentes dissensões sectorais). Abrantes e Castro correspondeu-se com numerosas personalidades da época: não só o próprio Príncipe Regente (nas suas funções de Inspector Geral dos Hospitais Militares) e D. Pedro IV, mas também o Conde da Barca, o Conde de Sampaio, o Conde de Aguiar, o Conde de Linhares, o Conde do Funchal, o Principal Sousa, D. Miguel Pereira Forjaz (Conde da Feira), Lord Strangford, o Marquês de Barbacena, o Conde de Amarante, o Morgado de Mateus, Andrew Halliday (após uma polémica com ele travada), José Feliciano de Castilho, Teodoro Ferreira de Aguiar, Correia Picanço, Jácome Ratton, João Carlos Saldanha, entre outros. Na obra de Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa*<sup>2</sup>, aparece, ainda, como uma personagem de língua «vipérina»<sup>3</sup> e intriguista.... Quem foi, qual a sua obra e acção e qual a repercussão das mesmas no âmbito institucional, político e na sociedade de então, serão os aspectos a investigar e a analisar numa abordagem historiográfica científica, constituindo o objectivo final deste trabalho.

## ***Metodologia de Investigação e Estado da Arte***

A linha de orientação de investigação, delineada a partir da resenha biográfica do Coronel Médico Vieira Reis (2004), tinha inicialmente por base a consulta documental<sup>4</sup> (presencial ou *on-line*), nos Arquivos da Universidade de Coimbra (registos de inscrição e frequência), no Histórico Militar<sup>5</sup> (correspondência de e para o Secretário da Guerra ou Conselho de Regência), no Distrital de Braga (fundos do Conde da Barca) e na Torre do Tombo (requerimentos e atribuições de mercês), e a consulta de obras da sua autoria<sup>6</sup>, disponíveis na Biblioteca Nacional de Portugal, na Hemeroteca de Lisboa, na Biblioteca da Universidade de Coimbra - *UCDigitalis (Investigador Português em Inglaterra)* ou em outras Bibliotecas de diversas Universidades nacionais e internacionais e, até, mesmo na Biblioteca Nacional de França.

Para além da importância do Fundo da Família do Conde da Barca, depositado no Arquivo Distrital de Braga (45 manuscritos, produzidos entre 1812 e 1817, digitalizados, de 1812 a 1817), integrado na Universidade do Minho, no contexto do levantamento subsequente, foi, ainda, identificado o Arquivo do Físico Mor, proveniente da Coleção Pereira de Sousa e Monteiro Cortês, adquirida em 1914, pela, então, recém-criada Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa<sup>7</sup>. Este arquivo, constituído por copiado e originais, reúne 732 manuscritos (produzidos entre 1801 e 1833, já inventariados, com descrição sumária, mas não digitalizados)<sup>8</sup> de, para ou sobre Abrantes e Castro, com referências a múltiplos aspectos da vida pessoal, social e profissional. Este fundo é, sem dúvida, uma importantíssima fonte para quem pretender estudar esta personagem, mas, sobretudo, para quem pretende acompanhar a transição do Antigo Regime para o Período Constitucional, o triângulo diplomático Rio de Janeiro-Londres-Lisboa nesse período ou a realidade dos Hospitais Militares nas primeiras duas décadas de oitocentos... As investigações ulteriores levaram, ainda, ao levantamento de outras fontes, acessíveis «on-line», como um importante Ofício dirigido ao Conde do Funchal, em 1812, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, disponível num endereço oficial do Governo Brasileiro<sup>9</sup>, a *Gazeta de Lisboa* (Hemeroteca de Lisboa, Biblioteca do Parlamento, *Google Books*), o *Jornal de Coimbra* (Arquivos da Universidade de Coimbra, *Google Books*) e o *Diário do Governo* (Biblioteca do Parlamento). Foram ainda, identificados mais dois trabalhos e opúsculos de Abrantes<sup>10</sup>, ambos existentes na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

No que diz respeito a bibliografia, a já mencionada resenha biográfica do livro de Vieira Reis constitui-se, dentro do que é nosso conhecimento, a única sobre Abrantes e Castro. Não deixando de registar a sua influente carreira médica, jornalística, social e política, transparece uma opinião depreciativa no que diz respeito ao carácter e maledicência. Passamos a citar: “Abrantes e Castro está por dentro de quase tudo e é uma língua terrível, atacando e difamando colegas como Feliciano Castilho e Nunes do Valle. Isso torna-o conhecido e são inúmeros os livros em que vem citado”<sup>11</sup>. No entanto, os livros referidos por Vieira Reis mencionam-no em episódios específicos e pontuais, não numa perspectiva biográfica e global, aspecto já sublinhado. Aliás, bibliografia mais recente, por nós consultada (livros, artigos), por empréstimo ou pesquisa «on-line», evoca-o,

sobretudo, na qualidade de redactor do *Investigador Portuguez em Inglaterra*, enquanto «adversário» de Hipólito da Costa e do seu jornal *Correio Braziliense*, ou membro da Comunidade Portuguesa residente em Londres nessa época. É o caso do livro *Hipólito da Costa: O jornalista que imaginou o Brasil*, de Isabel Lustosa, ou dos artigos de José Tengarrinha, Fernando José Egídio Reis, Wéllington Silva e Luís Francisco Munaro<sup>12</sup>.

É, pois, a partir desta base, assim consolidada, que nos propusemos estudar, analisar e divulgar de forma isenta, mas crítica, de acordo com a metodologia científica, a figura do Conselheiro Abrantes, nas suas múltiplas facetas.

## ***Antecedentes e juventude***

Para além da sua naturalidade, nome do pai e avô paterno, pouco sabemos de Abrantes e Castro até ao seu ingresso na Universidade de Coimbra. Natural da, então, vila de Santa Marinha (sede de Concelho, até ao século XIX)<sup>13</sup>, perto de Seia, na Comarca da Guarda, era filho de José Correia de Castro e neto de Manuel Correia de Castro<sup>14</sup>. Pela correspondência existente no Arquivo do Físico Mor, poderia inferir-se que tinha três irmãos: Jacinto, Rodrigo e Vicente Abrantes de Castro... Contudo, uma análise mais atenta faz admitir que, na realidade, se tratava dos irmãos Navarro de Andrade, cuja amizade e proximidade levaria a tal tratamento<sup>15</sup>.

## ***O Curso de Medicina e Início da Prática Clínica***

Inscrito em Filosofia (entre 30 de Outubro de 1787 a 5 de Outubro de 1790) e, posteriormente, em Matemática (de 13 de Outubro de 1788 a 10 de Outubro de 1791), como era habitual<sup>16</sup>, seguiu-se, por fim, Medicina (de 21 de Outubro de 1792 a 7 de Outubro de 1796), graduando-se em 25 de Outubro de 1797, num total de 10 anos<sup>17</sup>.

Em diversas cartas e petições<sup>18</sup> fala do seu sucesso no curso e primeiros anos da prática clínica. A título de exemplo, transcreve-se do seu panegírico, sob a forma de súplica, datado de 1810:

“Deixando a Universidade onde me Graduei na Faculdade de Medicina em que fui premeado todos os anos, fui para Lisboa estabelecer-me: e quando estava a fazer huma fortuna brilhante, como o sabe Lisboa inteira, e o podem atestar muitos que tiveraõ a ventura de acompanhar vossa alteza real, senão quizerem faltar á verdade (...)”<sup>19</sup>.

## ***Os Primeiros Anos da Carreira Médica Militar***

Em Março de 1801, recebeu ordem do Príncipe Regente para se apresentar ao Serviço do Exército (leia-se para ser “empregado do Exército”<sup>20</sup>), sob as ordens do Dr. João Francisco de Oliveira, Físico Mor do Exército. Reclamou, pelo transtorno causado, alegando não ter património que o compensasse, mas terão sido baldadas as diligências e “(..) respondeo-se-me em nome de vossa alteza real, que não era tempo para vassalo algum se eximir do serviço. Obedeci, senhor, e calei-me”<sup>21</sup>.

A 15 do mesmo mês, seguiu para as Beiras, como Primeiro Médico Inspector do Exército dessa província, onde organizou os Hospitais Militares de Viseu e de Almeida, e, posteriormente, foi colocado no Exército de Entre Douro e Minho, com o objectivo de “organizar os Hospitais interinos, e ambulantes daquele Exercito, que se achavão na mais completa desordem”<sup>22</sup>. Falando do êxito da sua intervenção, referindo que aqueles hospitais foram os únicos que marcharam em ordem, na Campanha de 1801, vangloria-se do sucesso dos cuidados nos mesmos, em comparação com o dos Hospitais do Alentejo e da Estremadura. Registrando que nos hospitais da sua Inspeção só tinha morrido um doente em cada 220, termina com a seguinte afirmação: “Exemplo único na história dos Hospitales Militares!”. Depois de 11 meses de trabalhos, recolheu-se a Lisboa, recebendo 660 reis, queixando-se dos 8.000 a 9.000 cruzados e, sobretudo, da paz doméstica que teria perdido<sup>23</sup>.

Em Janeiro de 1802, foi nomeado Primeiro Médico do Hospital Militar da Corte<sup>24</sup>, com 350 mil reis anuais, sendo que afirma que gastava 36 mil reis por mês no aluguer de uma sege para ir visitar diariamente ao Hospital. Ganharia, assim, menos do que gastava para se deslocar ao mesmo...

Data desta época diversa correspondência, conservada no Arquivo do Físico Mor, da FDUL, que atesta a preocupação de Abrantes e Castro sobre a disciplina, economia e rigor orçamental. São exemplos uma carta propondo um Balanço Semanal da Botica, outra sobre a imundície que encontrou numa Enfermaria, com proposta de repreensão e de despedimento do Enfermeiro responsável, uma outra propondo medidas de economia no transporte dos doentes que precisavam de tratamento nas Caldas (da Rainha), sugerindo, inclusive, que alguns fossem a pé<sup>25</sup>. Algumas das cartas ou ofícios têm alguns aspectos mais caricatos ou curiosos, como o ofício ao Físico-Mor (à época, o Dr. João Francisco de Oliveira) pedindo providências relativamente a cadetes e oficiais que, estando a curar-se naquele hospital, insultavam as pessoas que passavam na rua ou uma relação de doentes que precisavam de tomar “ares Pátrios”<sup>26</sup>.

Não tendo pedido para ficar empregado, como recompensa na sequência da campanha de 1801, refere ter solicitado a nomeação como Lente substituto extraordinário de Medicina da Universidade de Coimbra, onde seria “hum dos opositores mais antigos”, como teria sido concedido a José Feliciano de Castilho, no âmbito da mesma campanha. Essa pretensão seria satisfeita em 3 de Fevereiro de 1803, juntamente com a sua nomeação para a Direcção do Hospital Militar da Corte<sup>27</sup>. No entanto, por decisão da Secretaria de

Estado de Negócios do Reino, foi solicitado ao Bispo Reitor da Universidade que desse conhecimento a Abrantes... e nada terá acontecido<sup>28</sup>. Todavia, recebeu o Hábito de Cristo nesse ano<sup>29</sup>.

Em 1804, no Palácio da Bemposta, foi recebido pessoalmente pelo Príncipe Regente, a quem solicitou a graça de ser nomeado Médico Honorário da Real Câmara. Foi direccionado para o Conde de Vila Verde que “escuzou o meu requerimento”<sup>30</sup>.

Em Dezembro do mesmo ano, faz um interessante estudo intitulado “Memória em que se mostra que a reunião dos hospitais militares aos civis é não só prejudicial à saúde das tropas, mas também mais dispendiosa para a Fazenda Real”, existente no Arquivo Histórico Militar<sup>31</sup>.

Entretanto, foi nomeado, como Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, António Araújo de Azevedo, que encontrou a Repartição dos Hospitais Militares muito desorganizada, dado que o Inspector Geral de Todas as Repartições Civis do Exército (Mendonça e Almada) estava “mortalmente enfermo”, estando a governá-la a “Junta dos Três Estados por huma parte, a Junta do Arcenal Real do Exército por outra; por outra os Thesoureiros Geraes do Exército” e também o Físico Mor do Exército, Dr. José Pinto da Silva “que nunca tinha visto hum só Hospital Militar”<sup>32</sup>. Araújo pediu-lhe parecer quanto à reorganização e ele terá sugerido que fosse criado um regulamento. Juntamente com Teodoro Ferreira de Aguiar, foi disso incumbido, tendo-o apresentado em 1805, em Salvaterra de Magos, ao Príncipe Regente, que o aprovou a 27 de Março<sup>33</sup>.

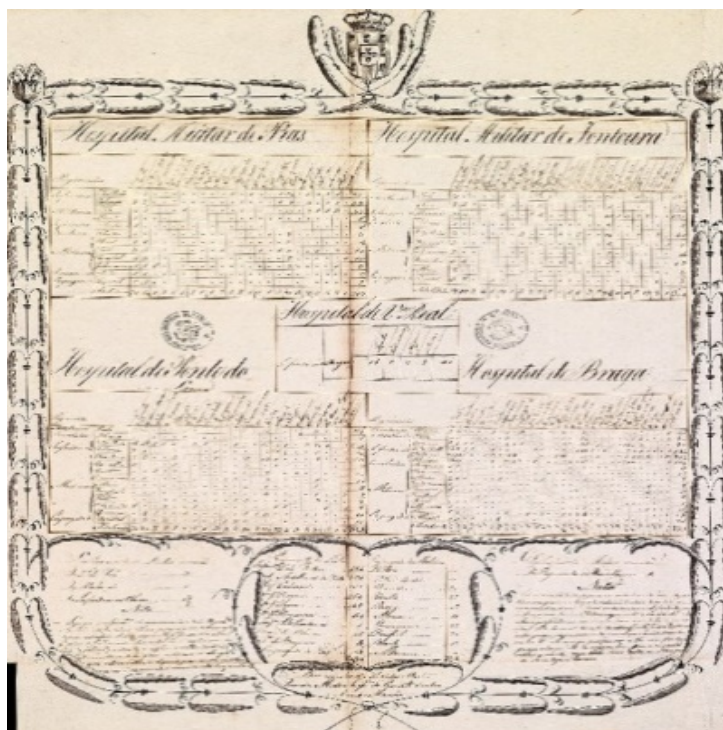


Figura 1 - Mapa final (Hospitais Militares) da “Memória em que se mostra que a reunião dos hospitais militares aos civis é não só prejudicial à saúde das tropas, mas também mais dispendiosa para a Fazenda Real”.



A 28 de Março de 1805, dada a doença e idade avançada de Pinto da Silva, foi nomeado Inspector de todos os Hospitais Militares, mantendo o lugar de 1<sup>a</sup> Médico do Hospital da Corte, a fim de implementar o Regulamento. E regista:

“Apenas se soube que Vossa Alteza Real me tinha feito esta Graça, começou a forjar-se, e a desenvolver-se contra mim a mais terrível, a mais detestável, a mais vil intriga Medica”.<sup>34</sup>

Data desta altura a primeira proposta de unificação de Hospitais Militares de diferentes Ramos, a saber, do Hospital de Xabregas com o da Marinha, pela “(...) economia e utilidade, que resultaria para a Real Fazenda e á Saude da Tropa (...)”, igualmente por sua iniciativa e do Cirurgião Mor do Exército, como refere em nota informativa, para o Príncipe Regente, sobre o Hospital da Estrela, datado de 11 de janeiro de 1815<sup>35</sup>.

Seis meses depois, Pinto da Silva, dado o agravamento da sua situação clínica, pediu a demissão e houve logo 6 candidatos ao seu lugar. Por decreto de 20 de Setembro de 1805, o Príncipe Regente optou por não prover o lugar de Físico Mor em tempo de Paz e ordenou que Abrantes desempenhasse essas funções enquanto Inspector<sup>36</sup>.

Iniciou, logo a 20 de Outubro, as suas funções de inspecção nas Províncias do Norte, começando a “reformatar os Hospitales, e a inventariar, e pôr em boa arrecadação os dois grandes Depósitos de roupas, e utensílios, que se achavão no Porto, e Vizeu, desde 1801”<sup>37</sup>. Regressou a Lisboa, a 20 de Março de 1806.

Nessa altura, quando pensava ser recompensado (ou que se verificasse a graça concedida a 3 de Fevereiro de 1803), recebeu ordens de Sua Alteza Real<sup>38</sup>, a 21 de Maio de 1806, por intermédio do Intendente Geral da Polícia, para sair da Corte para o Algarve em 24 horas, facto que atribuiu novamente a intrigas<sup>39</sup>. Na realidade, foi acusado de pertencer à Maçonaria, aspecto que é melhor explicado na sua *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d’Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América*<sup>40</sup>. Posteriormente, «reformou» os Hospitais do Algarve, facto que mereceu ofício elogioso do Marquês de Olhão para a Secretaria de Estado, datado de 25 de Fevereiro de 1807<sup>41</sup>. A 9 de Março, foi-lhe ordenado que passasse à Província do Alentejo. Ao fim de dezassete meses, por aviso de 15 de Outubro, foi determinado que regressasse à Corte, tendo sido recebido, no Palácio da Ajuda, pelo Príncipe Regente, que terá mostrado satisfação pelos seus serviços.

A 21 de Novembro, foi novamente enviado para o Alentejo, a fim de se entender com o General daquela Província sobre a instalação de Hospitais interinos (nessa altura, mandou encaixotar a sua Biblioteca - “única riqueza que tenho” - já que tencionava partir para as Américas com o Príncipe Regente<sup>42</sup>). Partiu a 22, e, a 27, o General recebeu ordem para receber os Espanhóis como amigos e aliados. A 28, chegou a Estremoz, e, a 30, recebe a notícia que o Príncipe Regente tinha partido para a América, motivo pelo

qual não o acompanhou. Abrantes não deixa de sublinhar que ele não pôde e que o seu implacável inimigo<sup>43</sup>, podendo, de propósito, não o quis acompanhar... Registou, a esse propósito, que, como esta situação tinha causado admiração em Lisboa, Nunes do Valle chegou a culpabilizar o bolieiro, perante convivas num seu jantar, tendo aquele tido “a honra e coragem” de se despedir e, até, de o censurar em frente aos mesmos<sup>44</sup>.

## ***Governo da Primeira Regência***

No dia 15 de Dezembro, voltando do Alentejo, encontrou “João Manoel” no lugar de Físico Mor<sup>45</sup>. Dirigindo-se aos Governadores de Reino, estes disseram-lhe que tinham sido informados que passara do Alentejo para o Algarve e dali embarcado para América<sup>46</sup>. Foi-lhe sugerido que fizesse uma representação à Regência... Não o fez<sup>47</sup>.

A 22 de Dezembro, o Conde de Sampaio (Secretário de Estado dos Negócios do Reino e da Guerra, na Primeira Regência)<sup>48</sup> pediu-lhe que fizesse um relatório das suas Comissões nos Hospitais Militares, o que fez logo no dia 24, com tal impacto que, a 2 de Janeiro de 1808, a Regência lhe ordenou que retomasse as funções de Inspector, que interinamente estavam a ser desempenhadas por João Manuel Nunes do Valle. Foram os Delegados de S.A.R. (Primeira Regência) que lhe ordenaram que se entendesse com o Comissário Ordenador em Chefe do Exército Francês (Mr Trouset) no que diz respeito à administração dos Hospitais<sup>49</sup>.

Abrantes, na *Memória* e na *Supplica*, elenca as suas várias acções, decisões, funções e mesmo conflitos decorrentes das mesmas (em particular, no primeiro trabalho), apresentando transcrições das missivas, notas e ofícios<sup>50</sup>.

A primeira coisa que fez foi retirar os doentes franceses do Hospital Real de S. José, por insuficiência de cuidados e suspeita de corrupção relativamente ao destino dos valores atribuídos aos doentes militares<sup>51</sup>. Separou, também, os Franceses dos Portugueses evitando mais conflitos do que aqueles que já tinha havido, ficando os primeiros nos Hospitais da “Estrella”, “Grillo” e da Marinha e os últimos no da Graça. Destas medidas deu conhecimento à Regência e ao Dr. Maillard, Médico em Chefe do Exército Francês. E regista: ao contrário do seu inimigo que, assumindo funções, só soube pedir uma Sege às Reais Cavalariças e nada fez<sup>52</sup>.

Das suas missões de fiscalização, sobressai, pelo relevo posterior na sua defesa perante o Príncipe Regente e Governadores do Reino, a ida ao Hospital Francês de Santarém, onde encontrou, como Almojarife, um francês emigrado, o Sr Moranville, com comportamento “infame” (o Governador da Praça, igualmente francês, também se portaria de forma similar). Nesse contexto, fez uma comunicação à Regência e ao Comissário Ordenador em Chefe do Exército Francês. Posteriormente, o Juiz dos Orfãos de Santarém (nomeado para tutelar aquele hospital, como Inspector) terá sido insultado pelo mesmo Almojarife, pelo que fez nova exposição<sup>53</sup> e conseguiu a sua expulsão do Serviço. Este Empregado não deixou de reclamar ao Ministro da Guerra (Mr Luuyt), solicitando, inclusive, o pagamento

de ordenados não recebidos. Abrantes justificou o facto por não terem sido devidamente apresentadas as contas atrasadas e por evidência de gestão danosa. Os factos vieram a comprovar-se e, na presença de Abrantes, o Ministro não só não lhe pagou mas o repreendeu asperamente e despediu com a proibição de entrar em sua casa e elaborar novos requerimentos<sup>54</sup>.

Por diversas vezes, sob a sua responsabilidade, recorreu a um amigo, José Bento de Araújo, negociante de grosso trato em Lisboa, para socorrer diversos Hospitais, como os de Elvas, Graça, Porto Salvo e Faro. Nos Hospitais de Bragança e Chaves, que não receberam “mezadas”<sup>55</sup> de Dezembro de 1807 e de Janeiro seguinte, mandou ele entregar 100 moedas, por empréstimo de Jerónimo Lourenço Dias, comerciante da Praça de Chaves, e das suas relações. Também Francisco Vanzeller lhe valeu no que diz respeito a «socorro» dos Hospitais Militares de Faro e Tavira<sup>56</sup>. Em certidão, emitida a 8 de Março de 1809, é atestado por António Firmo Felner, António Manuel Granate Curvo Semedo e Anselmo Joaquim da Costa que o próprio Abrantes emprestou 2,040,000 Rs. para o Hospital de Porto Salvo (a 4 de Julho de 1808)<sup>57</sup>.

Rebateu a acusação (“de intrigantes Francezes, e Portuguezes”<sup>58</sup>) de gastos exagerados pela Repartição dos Hospitais Militares e de excessiva mortalidade dos Franceses nos Hospitais da “Estrella e do Grillo”, dirigidos pelos “habeis Medicos” Francisco Manuel de Paula e Bernardino António Gomes<sup>59</sup>. Regista, também, que, tendo os franceses tomado conta dos Hospitais supracitados e expulsado quase todos os empregados<sup>60</sup>, conseguiu que os médicos referidos e os cirurgiões Francisco José de Paula e o “habilíssimo” Jacinto José Vieira fossem empregados no Hospital Militar da Graça<sup>61</sup>, exclusivamente portugueses. Afirma, ainda, que conseguiu manter os Ajudantes de Cirurgia na Estrela (onde até viram o seu ordenado aumentado) e empregar os Boticários e enfermeiros daqueles dois hospitais nos Hospitais da Graça, Porto Salvo, Peniche, Gaeiras. Não deixa de fazer uma menção lisonjeira a Troussel, que, condoído com a exposição que lhe fez relativamente à precária situação em que os empregados iriam ficar, pediu a Mr. Hugounenc, Chefe dos Hospitais Militares, que conservasse o maior número possível, o que terá sido feito<sup>62</sup>.

Terá conseguido, ainda, conservar, apesar de intrigas (nas suas palavras), o Contador Fiscal dos Hospitais (o velho António Correia<sup>63</sup>) e a Repartição dos Hospitais Militares, que o Ministro da Guerra queria extinguir, mantendo Abrantes como Inspector. Este não aceitou essa opção, fazendo uma “representação”, porque “a minha honra não permittia continuar a exercer o emprego de Inspector, sendo expulsos todos os mais empregados”<sup>64</sup>. Em resultado dessa posição, a condição imposta pelo Ministro, para manter Correia e a Repartição, terá sido Abrantes ficar responsável não só pela Saúde mas também pela Fazenda<sup>65</sup>. Neste contexto, teve que fazer aquilo que hoje se chamaria uma «revisão salarial», baixando a maioria dos ordenados, mantendo alguns, subindo outros<sup>66</sup>. Em suma, diz que os Hospitais Militares, a Contadoria Fiscal e a Repartição se mantiveram, conforme S.A.R. tinha determinado, pelas suas diligências e esforços. Terá tido, ainda, a coragem de expulsar da Repartição os únicos dois franceses nela empregados (o Sr Moranville, já referido, e o Sr Bertolot, intérprete do Contador Fiscal)<sup>67</sup>, em Dezembro de 1807, não aceitando também o lugar que lhe tinha sido oferecido de



Médico em Chefe Adjunto do Exército Francês... Esses factos, na sua opinião, testemunhavam sua honradez e sentimentos pátrios e mostravam não ser partidário dos intrusos. As únicas quantias, refere, que pediu, debaixo da sua responsabilidade, foram para socorrer os doentes portugueses e pagamento dos empregados de diversos Hospitais.

Realçou, ainda, outras acções, como a de ter desobedecido, por duas vezes, à Administração Francesa não expulsando os frades do Convento da Graça, quando recebeu ordem para aí receber também doentes franceses, para o que era preciso mais espaço. Chegando a ser repreendido, os frades, posteriormente, “pagáráo o bem que lhes fiz dilacerando publicamente e particularmente a minha reputação”<sup>68</sup>. Esta atitude, e o facto de ter protegido os frades Arrábidos, que refere pertencerem a uma congregação da predilecção de S.A.R. (que anteriormente tinham apoio sanitário do Hospital Militar de Cascais, entretanto encerrado), permitindo officiosamente a sua assistência no Hospital Militar de Porto Salvo e, posteriormente, no da Graça, demonstrava, ao contrário do que vieram a dizer, o seu respeito pelas Ordens Religiosas<sup>69</sup>.

Após a Convenção de Sintra, havendo avultadas dívidas aos Hospitais Militares Portugueses, pelo tratamento de doentes franceses, Abrantes fez diligências junto a Junot para que a Administração dos Hospitais Militares fosse ressarcida: sem sucesso<sup>70</sup>. Não obstante, salienta o facto de ter salvo, dos franceses que os ocupavam, todo o trem do Hospital Militar da Estrela e grande parte daquele do Grilo (apesar da inacção do seu Almoxarife)<sup>71</sup>, pelas suas diligências junto a Beresford, e deste junto a Kellerman, que, por sua vez, o encaminhou para o Comissário Ordenador em Chefe do Exército Francês (o já mencionado Mr. Troussel). Com colaboração do Comissário e da do Mr Hugonenc, que considerava um homem probo, ainda recebeu “trinta e tantas” arrobas de caldeiras e marmitas em cobre, mantas, enxergas, camisas, tudo novo, do Depósito Geral Francês, que fez recolher ao Depósito do Hospital Militar da Corte. Através de Troussel, conseguiu, também, que o Cirurgião em Chefe do Exército Francês lhe entregasse uma excelente Caixa de Cirurgia que pertencia ao Hospital da Estrela. Apresentou, ainda, a Hugonenc, a conta relativa aos doentes franceses tratados no Hospital da Graça, no valor de 518,000 Rs., que aquele pagou, sob compromisso de honra de se lhe fazer chegar o recibo da Contadoria no dia seguinte (o que lamentavelmente não aconteceu)<sup>72</sup>.

Sobre este período, Abrantes afirma que nenhum documento tem comentários contra S.A.R. nem adulações para o Invasor e o Déspota<sup>73</sup>, mas faz justiça a Troussel e Maillard, que sempre o terão considerado, fazendo-lhe chegar as exposições e solicitando informação e propostas, mas nunca lhe impondo ordens. Não deixa de comentar, relativamente aos empregados portugueses, indisciplinas, que iam de simples omissões ou incúria a roubos<sup>74</sup>, que do antecedente não toleraria, mas que durante a permanência do invasor não denunciou. Vai, no entanto, louvando, na sua avaliação, os merecedores.

## ***Segunda Regência e primeiras acusações***

Assim que a Segunda Regência se instalou, Abrantes e Castro disponibilizou, a favor do Estado, os ordenados e ajudas de custo que tinha direito por Decreto de 20 de Setembro de 1805 e pelos Avisos de 6 de Outubro do mesmo ano e de 20 de Maio de 1806, ao contrário do:

“(...) meu temível, e injustíssimo inimigo, que há muitos anos estava cobrando 1,440,000 Rs. de ordenado, e ajuda de custo como Físico Mor, sem trabalhar, não deo para as despesas do Estado hum só real. Assim são todos os meus inimigos.”<sup>75</sup>

Estimulou, igualmente, os seus subordinados a abdicarem do que fosse possível dos seus ordenados, o que foi aceite por muitos elementos do Pessoal de Saúde<sup>76</sup>, mas menos pelos da Contadoria. Registou, ainda, que não tinha ninguém para o ajudar no expediente, e que o seu inimigo tinha sete (incluindo um irmão, como Secretário, e um cunhado) só para o seu, que, na sua opinião, era muito menor... Pouparia, dessa maneira, 1,059,200 Rs. de despesa<sup>77</sup>. Aliás, sobre este assunto comentou que nunca sugeriu parentes seus para a Fazenda, não nomeando, mas só propondo à Secretaria de Estado nomes dos quais tinha boas referências, sobretudo Oficiais Reformados<sup>78</sup>. Além disso, ofereceu, do seu bolso, camisas, pantalonas e enxergas para o Hospital da Corte<sup>79</sup>.

Por Aviso de 26 Setembro de 1808, D. Miguel Pereira Forjaz determina que Abrantes lhe deve apresentar a actividade dos Hospitais Militares duas vezes por semana. Este, aliás, menciona ter sido sempre muito bem recebido por aquele, desenvolvendo-se uma excelente relação de trabalho. É por esta altura que regressam as acusações, entre outros, de João Manuel Nunes do Valle, de ser “Framaçõ”, “Jacobino” e “Pedreiro Livre”. Nunes do Valle, que tentava retomar as suas funções, das quais havia sido, na prática, suspenso em Janeiro de 1808, formaliza essa imputação aos Exmos. Governadores do Reino (Segunda Regência), a 27 de Setembro de 1808, a que junta a uma alegação de tratamento preferencial dos doentes franceses<sup>80</sup>. Bernardo José, mencionando que o seu caluniador se esquece que lhe deve a vida, e lamentando a situação de «caça às bruxas»<sup>81</sup> instalada na Capital (muitas vezes instigada por simpatizantes franceses, colocando pessoas em risco de vida, como alguns dos subordinados da Repartição dos Hospitais, vítimas de tumultos populares), recorda que se separou da Maçonaria (“Framaçõ”) em Maio de 1806<sup>82</sup>, ao contrário do seu acusador. Este, durante o governo francês, não só teria mantido a frequência na Loja Virtude mas trabalhou para que os dois irmãos fossem recebidos na mesma. Para confirmar a sua posição recorda que, constando que o Almojarife do Hospital Militar das Gaeiras, em vez de tratar das suas obrigações, se dedicava a fazer dissertações diárias sobre a Maçonaria e contra a Inquisição, o repreendeu, não deixando de louvar as suas diligências para cortar despesas inúteis, em Ofício de 4 de Junho de 1808<sup>83</sup>. Deste, transcrevemos este curioso e veemente excerto:

“Ora meta-se com o que he da sua competência, trate de cumprir os seus deveres e de dar exemplo aos seus subalternos, e he no que deve gastar o seu tempo, e não

em fazer ostentação de ser Pedreiro Livre, e gastar horas a fazer largas, e imprudentes dissertações sobre Maçonaria, Inquiuição, e outras coisas que não pertencem ao serviço desse hospital”.

Esta era, disse ele, mais uma prova que se havia desligado da Maçonaria, mesmo ao tempo do “intruso Governo”.

Relativamente ao tratamento preferencial de que era acusado, defende-se, invocando, a título de exemplo, a admoestação que fez ao Dr. Luís José da Lança (por coincidência, casado com uma sobrinha de Nunes do Valle), em Janeiro de 1808, na presença dos Contador Fiscal, Almojarife, Escrivão e Enfermeiro Mor do Hospital Militar da Graça, por precisamente dar e prescrever aos doentes franceses mais do que o Regulamento previa<sup>84</sup>.

Nesta fase, continuavam os problemas de tesouraria e mais uma vez pediu a ajuda de Jerónimo Lourenço Dias e Bento de Araújo para adiantar verbas necessárias à reabertura do Hospital Militar de Chaves, em vésperas de ocupação dessa Praça por Soult<sup>85</sup>. Pela mesma razão, fez diligências junto a Beresford para obter o pagamento de dívidas deixadas pelos Franceses no Hospital de Elvas<sup>86</sup>.

Abrantes preocupava-se com a exigência da formação dos cirurgiões militares e tentou combater os abusos na nomeação dos Cirurgiões Mores dos Regimentos<sup>87</sup>. Foi, pois, com satisfação que observou que aquilo que tinha proposto era adequado e justificado já que, meses depois, estando já preso, Beresford, de acordo com Mr Ferguson<sup>88</sup>, se viu obrigado a adoptar medidas “inteiramente análogas às que eu tinha proposto”<sup>89</sup>.

## ***Prisão e Desterro no Reino do Algarve***

Na Quinta Feira Santa (30 de Março) de 1809 foi preso, nas suas palavras, por denúncias caluniosas<sup>90</sup>. Apenas quatro meses depois de “devassas ocultas” é que foi interrogado e daí só resultaram duas falsas acusações: de ter pertencido ao “*Conselho Conservador de Lisboa*” e pertencer à “Framaçonaria”. Ao fim de 9 meses de prisão, foi desterrado para o Algarve (Faro) sem lhe ter sido feito qualquer imputação ou atribuído qualquer crime<sup>91</sup>, o que se afigurou injusto e incompreensível, mas cumpriu<sup>92</sup>.

Partiu a 22 de Dezembro, só com a roupa que tinha no corpo, por não lhe ter sido permitido ir a casa<sup>93</sup>, tendo chegado a 30 por causa do mau tempo e “porque quiz”, dada a qualidade da escolta!<sup>94</sup> Apresentou-se ao Corregedor no mesmo dia, de acordo com as Instruções do Intendente da Polícia, que lhe determinou a apresentação de 8 em 8 dias. Mudou-se, no dia seguinte, da estalagem para a casa de uma viúva espanhola, sendo surpreendido, à noite, com a colocação de 3 sentinelas: estava em prisão domiciliária...

Enviou uma missiva ao Corregedor que o informou que tal situação decorria de instruções do Ilustríssimo e Reverendíssimo Bispo General do Algarve<sup>95</sup>, para sua própria segurança. Sendo por este informado que poderia fazer exposições directamente aos

Exmos. Governadores do Reino, fê-lo a 4 de Janeiro. Abrantes suplicou aos Governadores do Reino que permitissem justificar-se das duas acusações que lhe tinham sido imputadas; caso contrário, se assim não o decidissem, que o encarregassem novamente da administração e direcção dos Hospitais Militares (isto mesmo sem poder ir a Lisboa, até autorização em contrário do Governo), já que havia sido ordenado a Nunes do Valle ir para a América, ou, em último caso, retirar-se para a América, para as ilhas da Terceira ou S. Miguel. No dia 22, recebeu um Aviso em que S.A.R. o autorizava a retirar-se para as ilhas<sup>96</sup>.

No entanto, essa acção não era exequível já que o Bispo o mantinha, de facto, preso e os Governadores do Reino não respondiam ao ofício por aquele enviado. Abrantes tentou, então, enviar uma missiva, através do Sargento da Guarda, solicitando audiência. Não só este foi repreendido, como foi proibido que qualquer graduado da guarda fosse portador de outra carta. Iguamente terão sido agravadas as medidas de vigilância, passando o barbeiro e o criado a ser revistados à saída dos seus aposentos. Ao seu correspondente (João Crispin, de nacionalidade inglesa), o Bispo declarou que a guarda era para zelar pela sua segurança, mas não assentiu que o Dr. Lazaro Doglioni, Médico do Hospital Militar de Faro, o visitasse, mesmo tendo-lhe sido comunicado que Abrantes estava doente. Para se justificar, alegava aguardar instruções.

Por terceiros, Abrantes soube que o Bispo teria levado a mal o facto de ele não se lhe ter apresentado a 30 de Dezembro. Além disso, no dia 31, tendo-se cruzado, junto à Igreja de S. Pedro, com um João Canteiro<sup>97</sup>, o padre Petit e outro padre, cujo nome não se recordava, estes terão ido “intrigar” junto de Sua Excelência Reverendíssima, afirmando que o povo estava ameaçador para com ele, podendo ser assassinado se não fosse preso. Por outro lado, teve, ainda, conhecimento que o Cónego Valinho, no mesmo Domingo de manhã, na Sé de Faro, instigou os Fiéis contra a sua pessoa...<sup>98</sup> A trama apertava-se, tanto mais que Canteiro continuava a tentar amotinar a população, acusando-o de ter amealhado muito dinheiro com os franceses e ser jacobino, mas o povo, nas suas palavras, estava quietíssimo e tratava-o bem. As coisas poderiam ter corrido menos bem, se a populaça, incitada pelo aparato da guarda, entretanto reforçada, não se tivesse aquietado, por desconhecer a realidade que se transcreve:

“(...) a Guarda que se poz á minha porta era toda composta por soldados mui velhos, huns aleijados, e estropiados todos: o cartuchame, que se lhe distribuio não era para taes armas; e o que era ainda peor, nenhuma das espingardas tinha pederneira.”<sup>99</sup>

Na sequência deste episódio foi visitado pelo Ajudante às Ordens do Bispo, “Felis” Alves, acompanhado por um Tenente de Milícias. Aquele tentou justificar as acções do Prelado, não assumindo, inclusivamente, a situação de prisão domiciliária de Abrantes e demarcando-o, na opinião deste, do tumulto, ao perguntar se sabia quem eram os autores da agitação... Iguamente o Oficial solicitou a entrega do Aviso dos Governadores, o que Abrantes recusou, comunicando tão somente o seu conteúdo. Uma hora depois de Alves se retirar, naturalmente depois de fazer o seu relatório ao Bispo, Abrantes recebeu a visita do Dr. Lazaro Doglioni, que se repetiu posteriormente, sempre acompanhado por

um secretário da Mitra.

Tendo havido notícias de uma Coluna Francesa, saída de Sevilha, a caminho de “Ayamonte”, os ânimos tornaram a exaltar-se e terá havido um plano para o assassinar, com participação de um espanhol, para o efeito aliciado. No entanto, regista que aquele, outros dois compatriotas e a viúva, tê-lo-ão avisado. Para sua segurança, pediu ao Bispo (que estava em Vila Real de S. António) para se retirar para Sagres, com um qualquer Oficial. O Prelado, aparentemente percebendo o risco (e que lhe poderiam ser imputadas responsabilidades), autorizou-o. Abrantes testemunha a cortesia de que foi alvo por parte do Oficial que o acompanhou (9 a 11 de Fevereiro), do Comandante da Guarnição de Sagres, do Prior local, dos Religiosos do Convento de S. Vicente e do Médico do Hospital Militar de Lagos (Dr. Nicolao Moral)<sup>100</sup>.

Foi expedida, entretanto, ordem do Bispo General para que 30 homens, 2 cabos e um sargento da Guarnição marchassem para Vila Real de Santo António. Estando com o soldo em atraso 2 meses, não tinham dinheiro para a jornada, nem para deixar precavidamente as respectivas famílias. Abrantes ofereceu-se para adiantar o dinheiro do soldo em atraso<sup>101</sup>, tendo sido ressarcido 3 semanas depois quando chegou, a Lagos, o Comissário Pagador de Elvas.

Finalmente, a 18 de Fevereiro recebeu a notícia que os Governadores o autorizavam a ir “solto, e livre” de Faro para Almada (aparentemente, ignoravam que estava em Sagres), de onde poderia embarcar para as ilhas. Tal demonstrava, na sua opinião, a discordância com a conduta do Bispo, a cuja representação nunca teriam respondido. E regista que o Aviso nem foi para o Bispo, mas apenas para o Corregedor de Faro...<sup>102</sup> Saiu a 11 de Março de Sagres, onde havia sido bem tratado, para chegar, a 14, a Almada<sup>103</sup>, onde também, diz, foi igualmente bem acolhido<sup>104</sup>, e pôde receber visitas de Bento Araújo<sup>105</sup>.

## ***O Exílio em Inglaterra e O Investigador Português***

Este é, possivelmente, um dos períodos mais interessantes da vida de Abrantes e Castro, pela vastíssima correspondência e seu teor.

É de admitir que Abrantes tenha partido para o Exílio em Inglaterra, em Setembro ou Outubro de 1810, fixando a sua residência em Londres, onde, na altura, havia uma significativa comunidade de Portugueses, quer comerciantes<sup>106</sup> quer perseguidos por motivos políticos ou supostas simpatias<sup>107</sup>. Destes últimos, além de personalidades deportadas ou refugiadas na sequência da onda de prisões de 27 a 30 de Março de 1809 (como Jácome Ratton), juntaram-se os *Setembrizados*, ou seja, aqueles perseguidos e exilados na sequência de nova série de prisões, ocorridas de 10 a 13 de Setembro de 1810 (altura em que Massena tomou Almeida)<sup>108</sup>. António Ventura, mencionando que Abrantes já havia sido preso em 1809, inclui-o nos *Setembrizados*<sup>109</sup>, mas julga-se ser de considerar, na realidade, que esteve na situação de «desterrado» desde Dezembro daquele ano.

A data acima avançada decorre da evidência da publicação da sua *Memória sobre a conducta (...)* e da sua *Supplica (...)*, respectivamente, em Novembro e Dezembro, em Londres, e de uma carta dirigida ao Conde de Aguiar, datada de Agosto de 1810, proveniente de Almada, conservada no espólio do Arquivo do Físico Mor<sup>110</sup>. Nestas obras, Abrantes tenta justificar-se das acusações que lhe eram dirigidas, tentando conseguir as boas graças e indulto do Príncipe Regente, com relação de factos e acontecimentos por ordem cronológica, suportados por transcrição de documentos e certidões em anexo, como vimos nos capítulos anteriores. E não poupa críticas acérrimas e acusações aos seus “inimigos”...

Deste período, realça-se a importância da correspondência e certidões existentes no Arquivo do Físico Mor (FDUL), não digitalizadas, a partir de 1810, e no Arquivo do Conde da Barca (Arquivo Distrital de Braga), desde 1812. No primeiro, pudemos localizar e, em alguns casos<sup>111</sup>, consultar interessantes documentos. Vamos primeiro focar-nos nos anos 1811-1812. Nesta fase, Abrantes, além de uma petição dirigida directamente a S.A.R.<sup>112</sup>, procura, por todos os meios possíveis, fazer chegar à presença do Príncipe Regente os seus opúsculos ou mover a intercessão de cortesãos ou ministros próximos do seu círculo. Não deixa também de enviar cartas e as ditas obras aos elementos da primeira regência, como o Conde de Sampaio (16 de Janeiro de 1811) e o Principal Sousa (20 de Agosto de 1811)<sup>113</sup>, mas claramente a sua principal ofensiva é dirigida ao já mencionado Conde de Aguiar, D. Fernando de Portugal e Castro, à época Secretário de Estado dos Negócios do Reino, ao Conde de Linhares, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, a Lord Strangford, Embaixador de Sua Majestade Britânica na Corte do Rio de Janeiro, e, posteriormente, após o seu regresso à cena política, a António de Azevedo Araújo, futuro Conde da Barca.

Em Dezembro de 1810, começa a corresponder-se com D. Domingos de Sousa Coutinho<sup>114</sup>, Conde do Funchal e Embaixador de Portugal em Londres, que, em conjunto com o irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, terá influência num projecto que servirá os interesses da Corte do Rio de Janeiro e, eventualmente, destes, cujas acções diplomática e política, respectivamente, vinham sendo contestadas por Hipólito da Costa, no seu *Correio Braziliense ou Armazém Literario* (que circulava desde 1808, editado em Londres). De acordo com o trabalho de investigação de Isabel Lustosa<sup>115</sup>, Hipólito era intrinsecamente monárquico e o seu jornal questionava, sobretudo, a actuação dos Ministros, por vezes, com aproximações seguidas de frequentes e bruscas divergências, como aconteceu com os irmãos Sousa Coutinho<sup>116</sup>. Por consequência, Abrantes e o seu colega Vicente Nolasco da Cunha, outro exilado, são aliciados para contrabalançarem o *Correio*, sendo essa missão considerada como sendo a “bem do Real Serviço”<sup>117</sup>. Aquela autora afirma<sup>118</sup> que, por acção de D. Domingos, foi criado, em Julho de 1811, um Jornal para atacar Hipólito da Costa, *O Investigador Portuguez em Inglaterra*<sup>119</sup>, tendo como primeiros redactores Abrantes, Nolasco e Miguel Caetano. O objectivo é globalmente assumido pela historiografia da época, e pelo teor da correspondência, mas impõe-se uma rectificação relativamente ao núcleo inicial de redactores: Miguel Caetano, igualmente médico, formado em Edimburgo, só se lhes juntou em 1812, quando Abrantes começou a procurar alguém que o pudesse substituir para regressar a Lisboa<sup>120</sup>. No entanto, este desiderato havia começado a ser delineado tempos antes, já que no AHM existe uma carta de



Abrantes e Castro e Vicente Nolasco da Cunha, dirigida a D. Miguel Pereira Forjaz, datada de 18 de Março de 1811, oferecendo-lhe “o programa da obra” e solicitando-lhe protecção para a continuação da mesma. Na missiva era pedido, ainda, para lhes “fazer a honra” de entregar, a cada um dos Exmos. Governadores do Reino, a carta inclusa, que conteria dois exemplares do mesmo programa. Fernando Egídio Reis situa o seu primeiro número, que incluía o “prospecto”, em Junho de 1811<sup>121</sup>, explicando que as secções propostas pelos editores eram quatro: “Literatura”, “Ciências”, “Correspondência” e “Política”, cada uma com diversas subdivisões<sup>122</sup>. Correspondência existente no Arquivo do Físico Mor (FDUL) atesta a influência directa, ou pelo menos próxima, de D. Rodrigo de Sousa Coutinho: duas cartas com a apreciação que fizera dos primeiros e terceiros números d`*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, datadas, respectivamente, de 23 de Outubro e 15 de Novembro de 1811, e uma outra solicitando-lhe que publicite nesse periódico a decisão régia de criar uma Academia Real Militar, datada de 28 de Novembro 1811. Particular interesse assumem, para quem pretende aprofundar o estudo da imprensa e a realidade política desta época, as críticas dos diversos periódicos aos artigos dos concorrentes, os artigos de opinião sobre obras controversas, como as de Halliday<sup>123</sup>, de que nos ocuparemos adiante (neste caso específico, além do *Correio* e do *Investigador*, também teve intervenção de relevo o *Jornal de Coimbra* - de que José Feliciano de Castilho, outro «rival» de Abrantes, era redactor), e as resenhas de respostas ou reacções dos leitores ou outros intervenientes (caso do opúsculo *Reflexoens sobre as observaçoens do Dr Andrew Halliday a respeito do estado presente do Exército de Portugal*<sup>124</sup>, do cirurgião António de Almeida).

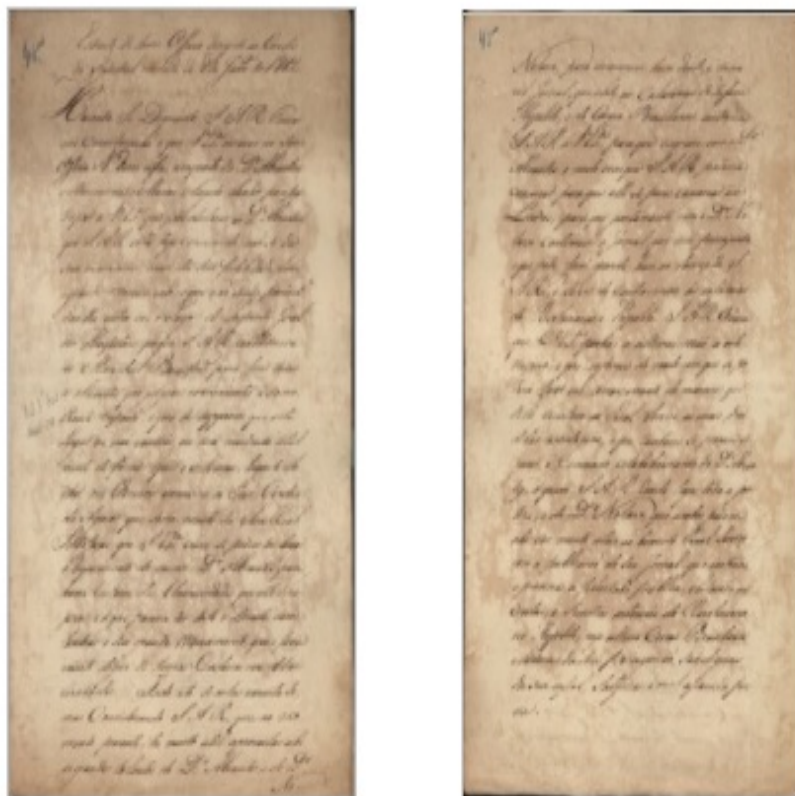


Figura 2 - Ofício de 1812, dirigido ao Conde do Funchal, onde, além de se atestar o reconhecimento da inocência e fidelidade de Abrantes e Castro, solicita que o mesmo seja informado que não é possível devolver o lugar de Inspector Geral dos Hospitais Militares, dado ter havido anterior acordo com Beresford (que nomeou o Dr. Ferguson para tal lugar - N. do A.), oferecendo-se-lhe uma Cadeira da Universidade de Coimbra. Era sugerido, ainda, ser muito útil e de grande interesse ao Real Serviço que Abrantes, aproveitando os seus grandes talentos, e o Dr. Nolasco formassem um douto e razoável Jornal que obstasse às calúnias do infame Hipólito e do Correio Braziliense (Crédito: ver nota 117).

As críticas e acusações mútuas entre o *Correio Braziliense* e o *Investigador Português em Inglaterra* vieram a atingir patamares elevados, chegando à troca de insultos: os redatores do *Investigador* mostram-se disponíveis para formar uma Junta Médica para avaliar as condições psíquicas de Hipólito, com Nolasco afirmando que “a saúde mental de um indivíduo que se propõe revolucionar o novo mundo e parte do velho é da mais alta importância”. Hipólito refere-se aos mesmos como “a corja de Berkley Square”. O *Investigador* declara, por sua vez, que Hipólito não passa de “um brejeiro, um desavergonhado, um intrigante infame, um perfeitíssimo celerado, um jacaré sanhudo”<sup>125</sup>. Outras personalidades, como o Desembargador Vicente Ferreira Cardoso, também no *Correio Braziliense*, e Francisco Soares Franco, na *Gazeta da Agricultura*, igualmente se envolveram em polémicas com o *Investigador* e seus redactores<sup>126</sup>.

Como episódio de particular interesse, vamos analisar a já referida obra de Halliday, e suas repercussões, inclusive na interacção que se seguiu com Abrantes, dado que se debruça particularmente sobre o Serviço de Saúde Militar Português, antes e após a nomeação de Beresford como Comandante em Chefe do Exército Português. Halliday comenta que os postos mais elevados na organização eram completas sinecuras, actuando em regra por delegados, por sua vez, em geral, pouco activos, que os Cirurgiões das Brigadas nunca viram as Forças a que estavam adstritos, que os Físicos dos Hospitais Gerais raramente eram vistos e que os Serviços Médicos Regimentais eram ainda piores... Arrasa os Serviços (chega a afirmar que os Hospitais Gerais são mais mortíferos para o exército do que a espada do inimigo) e seus profissionais (Saúde e Contadoria) em relação à higiene, desleixo e desvios. Relativamente à exigência na admissão de Cirurgiões, aponta o dedo ao facto de muitos serem admitidos pelos Comandantes dos Regimentos sem se submeter ao exame previsto nos Regulamentos (o que já sabemos, do atrás exposto, ser verdade) e refere que os conhecimentos técnicos dos Facultativos estavam um século atrasados (não deixando de apontar excepções, como o Dr. Caldas, de Coimbra, Lente Substituto da Faculdade de Medicina). Na realidade, lamenta não usarem o arrefecimento corporal na febre, admira-se por usarem muito pouco a sangria e congratula-se pela decisão de Beresford em obrigar os físicos portugueses a usar mercúrio na sífilis, sendo que as últimas duas medidas se revelaram, na realidade, prejudiciais aos doentes<sup>127</sup>!

Na sequência desta publicação houve diversas referências e análises críticas em jornais de língua inglesa e portuguesa. O *Jornal de Coimbra*, no seu número 2, de Fevereiro de 1812<sup>128</sup>, comenta as análises de outros dois periódicos: um que não identifica<sup>129</sup>, e que não duvida do explanado por Halliday, deixando aos médicos portugueses o defenderem-se

das observações depreciativas, e o *Investigador Portuguez*, cuja crítica se afigura demasiado áspera e exagerada (50 páginas no que diz respeito à Repartição dos Hospitais Militares<sup>130</sup>) e que, involuntariamente, se torna responsável pela maior divulgação da obra de Halliday, de outro modo quase um ilustre desconhecido. Na realidade, Abrantes, admitindo algumas críticas, repudia veementemente a maioria, interrogando-se como é possível que o autor tenha feito determinadas afirmações e incitando o Pessoal de Saúde e da Contadoria a contestar o autor. Põe em cheque a atitude de Nunes do Valle, mas defende a situação particular de Ferreira de Aguiar, já que foi para o Brasil por ter de acompanhar S.A.R., como cirurgião da Real Câmara, enquanto o primeiro, tendo ficado em funções, não saía de casa... Registamos que esta obra chegou, naturalmente, ao conhecimento da Regência, sendo que Forjaz escreveu a Beresford, a 3 de Janeiro de 1812, apresentado protestos formais e dando conhecimento, para execução do Marechal, que o médico em questão não podia estar ao serviço de S.A.R. nem permanecer no Reino<sup>131</sup>. Sobre esta polémica, Abrantes, em carta<sup>132</sup> dirigida ao Conde de Linhares, a 26 de Fevereiro de 1812 (desconhecia, pois, a sua morte a 26 de Janeiro de 1812<sup>133</sup>), relata a indignação que a infame obra de Halliday lhe mereceu, publicação em que o Governo de Portugal e toda a Nação é insultada, e da qual fez a análise que encontrará no *Investigador*. Acrescenta, ainda, que o Governo de Portugal aprovou a referida análise e “imediatamente despedio do Serviço dos Hospitais Militares aquelle médico, tão ignorante, como atrevido e intrigante”.

Por surpreendente que pareça, a 2ª edição<sup>134</sup>, de 1812, foi dedicada ao Príncipe Regente, e na introdução, claramente de desagravo, Halliday acaba mesmo por enaltecer e agradecer os bons ofícios de D. Miguel Pereira Forjaz para a sua compilação. Nesta edição igualmente elogia e defende Abrantes, entre outros aspectos, como o único que poderia ter mudado o rumo da Repartição dos Hospitais Militares não fora ter sido vergonhosamente preso, por intrigas do Físico Mor, nas masmorras da Inquisição<sup>135</sup>. O discurso apresentado sobre este assunto não difere muito do teor dos ofícios de Abrantes, sendo de pressupor que este trocou correspondência com a sua versão, que aquele prontamente aceitou e transcreveu. A prova deste(s) contacto(s) é uma carta de Halliday no Arquivo do Físico Mor (FDUL), datada de 26 de Novembro de 1814, socialmente cordata, recordando um agradável encontro passado e solicitando recomendações da sua pessoa junto a S.A.R.<sup>136</sup>. Halliday, aliás, terá, mesmo depois deste incidente, solicitado ao Governo Português “o Hábito da Torre Espada”, em 1823<sup>137</sup>...

Prova adicional da sua intensa actividade é o facto de se atribuir a Abrantes a tradução do livro de Lewis Goldsmith, *O Gabinete Secreto de Napoleão Bonaparte*<sup>138</sup>, obra bastante depreciativa para Napoleão e seus próximos, narrando supostos episódios de prepotência, violência física para com subalternos e deboche. Esta possível autoria sob anonimato não deixa de levantar questões, já que seria, à data, de todo o interesse de Abrantes assumir perante o Príncipe Regente a sua total reprovação do «tirano» e do regime francês... A menos que temesse represálias dos seus agentes em Londres...

No início de 1812, a situação de Abrantes claramente melhora, com o reconhecimento, por parte do Príncipe Regente, da sua inocência e fidelidade. Invoca mesmo uma carta de Linhares, do início de Janeiro de 1812 (este falecerá a 26 desse mês, como já referido),

em que este se terá mostrado arrependido de o ter dispensado das suas funções em 1809. Em missiva de 1 de Abril de 1812, dirigida a “meu pai”<sup>139</sup>, expressa a sua satisfação por ter recebido cartas muito lisonjeiras de Linhares, de Lord Strangford e de António de Araújo de Azevedo. Na mesma informa ter chegado ao “seu amigo Conde do Funchal” um aviso em que S.A.R., além de declarar a sua inocência e fidelidade, pede ao seu Representante que lhe dê conhecimento e o ouça sobre a indemnização que lhe é devida pelo lugar de Inspector Geral dos Hospitais Militares, que lhe havia sido retirado, e outros Serviços<sup>140</sup>. Neste contexto, começa a solicitar a sua reintegração, ou, no seu impedimento, ser nomeado Médico da Real Câmara (mesmo que honorário) e jubilado como Lente do Primeiro Ano da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (contando o ordenado desde o dia 3 de Fevereiro de 1803, data em que lhe teria sido concedida a graça, não verificada por “criminosas intrigas”<sup>141</sup>), já que está em Londres<sup>142</sup>.

Relativamente ao *Investigador*, dirigindo-se ainda a Linhares, a 7 de Abril de 1812, menciona dificuldades em receber dinheiro das assinaturas, quer de Lisboa quer da Baía, Pernambuco e Maranhão, pedindo-lhe que solicite a S.A.R. a continuação do auxílio, via Embaixada de Londres. Abrantes julga ser possível, a partir de 1813, se chegar aos 1000 assinantes, poder vir a prescindir desse apoio. Para tal pede que S.A.R. divulgue pelos “Grandes do Reino, Governadores, Funcionários e Público em Geral” o interesse no jornal, permitindo continuar a atacar o “infame Hypolito”, que na sua opinião beneficiou da proibição directa (que lhe dá mais propaganda... teria sido melhor a indirecta). Alerta para o facto de ser vantajoso que não se possa dizer que o seu jornal só elogia, a propósito de uma reflexão sobre a criação do Arsenal Real das Obras Públicas; caso contrário, o número de subscritores diminuiria. Neste documento<sup>143</sup>, tal como um anterior, datado de 11 de Fevereiro<sup>144</sup>, e seguintes<sup>145</sup>, estes já para António de Araújo de Azevedo, ataca Francisco Soares Franco, que considera um hábil professor de Medicina, mas que abandonou a cadeira de Anatomia para ser “Redactor de huma das peiores gasetas do mundo”<sup>146</sup>, solicitando que lhe seja permitido desafrontar-se não só dele, por uma carta por aquele publicada, mas também de artigos de Hipólito, de Vicente Ferreira Cardoso da Costa, de Feliciano de Castilho<sup>147</sup> ou da resposta de José Agostinho de Macedo a uma sua crítica do seu poema Gama (ou “Gamelada”, ironiza).

Pela carta de 2 de Setembro de 1812<sup>148</sup>, dirigida ao Conde da Barca, ficamos a saber que, “após ser absolvido pelo Tribunal da Santa Inquisição”, viajou para Lisboa (onde, à entrada do estuário do Tejo, a 13 de Julho de 1812, se emocionou ao avistar o Palácio da Ajuda). Visitou os Governadores (que “me fizeraõ o melhor acolhimento, e me trataraõ de hum modo mais lisonjeiro”) e Bento de Araújo, na sua quinta da Charneca. Recordando que tencionava, no dia de Páscoa de 1809, pedir a mão de uma das suas duas filhas, que ainda estava solteira, intenção malograda pela sua prisão, regista tê-la encontrado, ainda, no mesmo estado, pelo que a pediu em 31 de Julho<sup>149</sup>. Nas suas palavras: “deu-se me com a melhor vontade, e satisfação: no dia 1 d`Agosto vim a Lisboa pedir fiança a banhos, e licença para me receber no oratório do meu bom Amigo (...)”. Casou a 2 de Agosto e, a 7, partiu para Inglaterra, chegando, a 18, a Londres, onde encontrou o Colega doente e sem ter escrito uma página para o nº 15 do seu jornal... A seguir deixa sobressair um espírito calculista e ufano: “Minha mulher trouxe-me huma fortuna de cem mil cruzados, fora o

que deve herdar, porque he uma das grandes casas de Lisboa, e das mais solidas”. Por conseguinte, comenta, está bem e em estado de independência, graças também à justiça de S.A.R.. É nesta missiva que Abrantes começa a expressar a sua vontade para regressar a Lisboa, para junto da sua família, sugerindo, nesta fase, a transferência do jornal também para a mesma cidade, onde se poderia poupar “metade daquele auxílio que actualmente está dando”<sup>150</sup>. Pede para se colocar esta questão ao Conde de Aguiar, sugerindo que, como o Conde do Funchal vigia o Jornal em Londres, o Conde de Redondo o poderia fazer em Lisboa<sup>151</sup>.

Nas missivas seguintes, Abrantes continua a realçar a sua escrita moderada, queixando-se das diatribes da «concorrência», que continua a atacá-lo e a espalhar que o seu Jornal é tanto ou mais revolucionário do que o de Hipólito. Começa a fazer alusão a um estado cada vez mais deplorável da Repartição dos Hospitais Militares, que “desandou a tal ponto, que tudo o que o pobre Halliday disse della desgraçadamente he verdade”, e pede para Araújo e Azevedo assegurar a S.A.R. e aos Condes de Aguiar e Galveias que os desvios atingiam um valor de trezentos contos anuais. Acaba por observar que se estivesse em funções a situação seria outra, pedindo para ser reintegrado no Cargo de Inspector Geral dos Hospitais<sup>152</sup>. Nesta fase continua a lutar pela transferência para Lisboa, pretensão que Funchal não consente<sup>153</sup>, por considerar que não há, naquele momento, substituto, não confiando, aliás, em Nolasco<sup>154</sup>. Na realidade, Abrantes acaba por relatar ao seu protector, a razão da sua insistência: além da resistência dos seus sogros em separarem-se da sua filha (sentimento mútuo), a sua esposa tem medo de “embarcar”! Aliás, explica que, quando esteve com residência fixa em Almada, a sua actual esposa, acompanhando o pai, em sua visita, por três vezes tentou embarcar em Lisboa e por três vezes voltou atrás pela “repugnancia” (subentenda-se fobia...): “Nasceo assim, e quem assim nasce, assim morre”<sup>155</sup>. Esta questão faz continuar as suas diligências, junto aos Condes do Funchal, Galveias e da Barca, para regressar a Lisboa (para tal, procurando e propondo um substituto à altura, no caso o Dr. Miguel Caetano de Castro, já referido) e para a sua reintegração ou, em alternativa, para evitar conflitos com o Dr. Ferguson (na altura, como atrás referido, desempenhando as suas funções), para ser nomeado Físico Mor do Exército e Director Fiscal de todos os Ramos pertencentes à Repartição dos Hospitais Militares. Na verdade, afirma, a Lei exigiria, para ser Físico Mor, assinaláveis feitos médico-militares, havendo pretendentes que não trataram “ao menos hum soldado”<sup>156</sup>.

Não podemos deixar de mencionar, nesta correspondência, passagens muito interessantes na historiografia deste período da «Imprensa de Londres» como as referentes a questiúnculas com Heliodoro Jacinto Araújo Carneiro<sup>157</sup>, “unha com carne com Hypolito”. Em carta de 14 de Novembro de 1812, lamenta-se das intrigas e mentiras sobre ele, mesmo no Rio de Janeiro, resultantes, sobretudo, da sua crítica (nos nº 6 e nº 7 do *Investigador*) ao “miserável folheto que elle aqui imprimio contra a vaccina”, dizendo, uma vez mais, que o Conde do Funchal não lhe permitia responder a tais ataques. Não deixou, no entanto, de recordar, ao Conde da Barca, uma carta sua dizendo que ele (Heliodoro) mais do que nunca precisava de uma pensão e que o seu filho não tinha culpa nenhuma no mal que o seu pai fez... E remata “He sina minha”<sup>158</sup>.



Ainda em 1812, mas também nos anos seguintes, é interessante constatar correspondência com diversas personalidades dos círculos políticos, militares e sociais, como o Conde de Amarante<sup>159</sup>, seu leitor, e o Cônsul de Inglaterra nos Açores, William Harding Read, que, a propósito do *Investigador* e sua difusão, lhe envia uma lista de subscritores (5 de Janeiro de 1812)<sup>160</sup>.

O mês de Janeiro de 1813 marcou uma nova etapa na vida de Abrantes: foi nomeado Médico Honorário da Real Câmara (velha pretensão sua)<sup>161</sup>, viu ser-lhe atribuída uma pensão de 3.000 cruzados (1.200\$000 reis<sup>162</sup>) e, além disso, o Conde do Funchal informou-o da aprovação e reconhecimento de S.A.R., e seus Ministros, pelo interesse do seu jornal. Neste contexto, decidiu-se, apesar dos requerimentos anteriores, a permanecer em Londres enquanto S.A.R. o achasse necessário<sup>163</sup>, resolvendo-se a ir buscar a esposa a Lisboa. Arreperder-se-ia rapidamente durante esse ano: além das saudades da família, a esposa passava mal com o clima; longe de se adaptar, cada dia que passava era pior, queixando-se amiúde. Foi, pois, uma solução passageira, pelo que em Abril voltava a pedir autorização para regressar a Portugal, apresentando possíveis substitutos na redacção, para além de Miguel de Castro<sup>164</sup>. Curiosamente, neste momento, Abrantes defende que o jornal deve continuar a ser publicado em Londres, porque em Portugal não se podia imprimir o que era absolutamente necessário ser publicado a respeito dos Ingleses e das “nossas coisas”. Igualmente admite a Araújo e Azevedo que não deve voltar à Repartição dos Hospitais Militares pela desordem que ali grassa, e onde iria granjear novos inimigos e novos dissabores<sup>165</sup>. Aliás, reconhece que a sua pensão foi precisamente para o compensar da perda desse lugar<sup>166</sup>. Não deixa de lamentar, no entanto, a desdita da Repartição e como “D. Miguel é iludido”<sup>167</sup>, apesar de registar que este e Raimundo Nogueira são protectores do Jornal de Coimbra<sup>168</sup>. Relativamente ao atraso no regresso a Lisboa, também protelado por possível gravidez da esposa, menciona que esse aspecto foi sendo usado pelos seus inimigos, inclusivamente junto aos seus sogros e restante família, para afiançar que, quando veio buscar a esposa, era sua intenção nunca mais voltar...<sup>169</sup>. Sobre este assunto, Abrantes, a 20 de Julho de 1813<sup>170</sup>, chega a afirmar temer risco de vida da esposa, caso ela venha a passar o Inverno em Inglaterra. Na mesma missiva, dirigida ao Conde da Barca, realça que o Jornal é visto com muito respeito pelos Ingleses, sendo importante para lhes fazer ver os prejuízos que têm causado a Portugal por não cumprirem uma única clausula do acordo de 1810. Por outro lado, diz, *O Investigador*, ao mostrar os imensos recursos dos Estados de S.A.R., realçou os inconvenientes que podem resultar para os vassallos Britânicos se teimam no seu orgulho, altivez e pretensões para com os Portugueses. Recorda, aliás, que aqueles experimentaram desembarques e embarques durante 20 anos, sendo batidos e expulsos, excepto em Portugal, onde foram eficazmente auxiliados e apoiados. E conclui, defendendo que o Príncipe Regente deve ser justo mas firme com os Ingleses, para não haver abusos da sua parte, já que:

“(...) he preciso fazer-lhes ver que os seus esforços a favor de Portugal são esforços para a sua própria causa; e que se elles têm concorrido para a restauração de Portugal; Portugal tem concorrido muito mais para salvar a Inglaterra.”<sup>171</sup>



A correspondência para Azevedo, no terceiro trimestre de 1813, é particularmente interessante no que diz respeito ao acompanhamento das conversações entre Funchal e Lord Castelreagh sobre o novo tratado de Comércio e da indemnização dos navios portugueses que haviam sido injustamente apresados, entre outros assuntos. Como é sabido, esses tratados e acordos vieram a ser muito censurados pelo *Correio Braziliense*, críticas que se estenderam ao *Investigador*, relativamente aos seus artigos sobre as mesmas questões<sup>172</sup>. Nesta altura, alerta o Conde da Barca que as Cortes Espanholas se vão reunir a 1 de Outubro, não sendo de excluir a possibilidade de chamarem, para Regente, a Princesa Regente D. Carlota Joaquina...<sup>173</sup> E vai informando o seu protector do que se passa, inclusive das intrigas existentes entre o Conde do Funchal e o Conde de Palmela, facto que atribui à acção do Oficial de Secretaria que acompanhava este último<sup>174</sup>.

Finalmente, em Dezembro de 1813, após, aparentemente, ter enviado certidões médicas sobre o estado de saúde da esposa para o Rio de Janeiro, é autorizado a regressar a Lisboa, facto pelo qual agradece a intervenção de Azevedo (já em 1814<sup>175</sup>).

## ***Do Retorno a Lisboa ao Regresso de D. João VI***

Neste período, verifica-se uma relativa redução da actividade de Abrantes que, no entanto, não deixa de ser ouvido e de fazer-se ouvir, redigir ou de ter uma produção epistolar regular. É, também, o ano em que o principal redactor do *Investigador* passa a ser José Liberato Freire de Carvalho (também ele um *Setembrizado*), situação em que se manterá até 1819, quando, por desentendimento com as linhas de orientação que Palmela queria impor, *O Investigador* sai de cena e José Liberato funda o *Campeão Portuguez*<sup>176</sup>.

Não obstante o que atrás referiu sobre o, na altura, presente estado dos Hospitais Militares e de estar a receber uma pensão por compensação por ter sido afastado do cargo, Abrantes, sendo abordado pelo Principal Sousa e pelo Marquês de Borba para se encarregar daquela Repartição, não se opõe a esse convite, apesar da desordem, intriga e roubos; antes pelo contrário, desde que fosse S.A.R. a ordená-lo e com o mesmo título que tinha, quando foi exonerado<sup>177</sup>. Ainda sobre este assunto, a 1 de Dezembro de 1814<sup>178</sup>, sugere a Araújo de Azevedo que S.A.R. revogue o regulamento de 1813, voltando a aplicar-se o de 1805, e que o signatário seja nomeado presidente da Administração Central dos Hospitais Militares durante a ausência do Físico Mor do Exército Francisco Manuel de Paula<sup>179</sup>. Além disso, tece comentários menos abonatórios sobre José Feliciano de Castilho porque, ausentando-se da Universidade, não teria aconselhado devidamente D. Miguel Pereira Forjaz, nomeadamente em relação ao regresso dos Frades da Congregação de S. João de Deus aos Hospitais Militares, facto que Abrantes contesta veementemente por não terem servido bem e pelo muito que terão roubado anteriormente<sup>180</sup>. É desta altura um parecer que lhe foi solicitado, por Aviso de 9 de Janeiro de 1815, sobre o estabelecimento de um Hospital Militar no Colégio da Estrela.

Pronunciou-se negativamente por deficientes condições estruturais para tal fim e por, nesse contexto, se revelar mais útil instalar um curso segundo o Plano do Arcebispo de Évora, já que a Congregação era especialmente vocacionada para o Ensino. Na sequência do seu parecer, informa Azevedo que o Governo decidiu suspender as obras programadas para a adaptação<sup>181</sup>. Sabemos hoje que a decisão final foi outra e que, pouco depois, aí viria a ser efectivamente instalado um Hospital Militar, que, com designações diversas, veio a funcionar até 2013.

Na correspondência que mantém com o Conde da Barca vai comentando as «actualidades», mostrando-se preocupado com a reorganização do Exército (incluindo a questão da manutenção ou término das Comissões dos Oficiais Britânicos), com a indisciplina do mesmo na ausência de Beresford no Rio de Janeiro, quanto aos resultados do Congresso de Viena, com o atraso da saída do Conde de Funchal de Londres para Roma (que teve repercussão negativa na opinião pública), com os desentendimentos entre Beresford e D. Miguel Pereira Forjaz, sugerindo a possibilidade, dada a instabilidade em Espanha, da união das duas Coroas Ibéricas (se S.A.R. o quisesse) e expressando a preocupação quanto à eventualidade de S.A.R. retirar o apoio ao *Investigador* para o dar ao *Correio*, facto para o qual pede a devida protecção de Araújo de Azevedo<sup>182</sup>. O conhecido Jácome Ratton, ele também emigrado, partilha, em 1815, alguns aspectos das suas memórias com Abrantes<sup>183</sup>. Por sua vez, D. José Luís de Sousa (Botelho Mourão e Vasconcelos), Morgado de Mateus, à época nosso Ministro Plenipotenciário em Madrid, troca impressões diversas com Abrantes, incluindo sobre a já mencionada reorganização do nosso Exército. Por esta correspondência (1815 a 1818) sabemos que o Morgado recebia o *Investigador* na capital espanhola<sup>184</sup>.

Em 1816, Beresford volta a reiterar os convites anteriores, sendo que, em Outubro, Abrantes comunica a Araújo de Azevedo que o Marechal lhe deu a conhecer que S.A.R. ordenava que se tornasse a praticar o Regulamento de 1805, e pretendia que ele chefiasse novamente a Repartição dos Hospitais Militares, o que de imediato aceitou (nesse caso desejava que S.A.R. lhe substituísse a pensão que recebia pelo ordenado que vencia antes da partida da Corte para o Brasil)<sup>185</sup>. No entanto, havendo concordância do Marquês de Borba e do Principal Sousa, Secretário do Governo, D. Miguel Pereira Forjaz recusou-se em substituir o, à data, Físico Mor (José Carlos Barreto), porque este não cometera qualquer falta e também porque o cargo de Inspetor dos Hospitais Militares fora abolido por Aviso do Conde de Linhares<sup>186</sup>. Forjaz chega mesmo a escrever a D. João VI defendendo as qualidades de Barreto, causando sentimento de revolta a Abrantes que, tendo provado não ser partidário dos franceses, pelo *Investigador* também já tinha mostrado não o ser relativamente aos ingleses.

Durante este período, particularmente entre Outubro de 1815 e Março de 1817, altura em que a correspondência se interrompe (António Araújo de Azevedo morrerá em Junho de 1817), percebe-se uma constante preocupação com a saúde do seu protector, aos cuidados do seu colega e amigo, Luís Manuel Alvares de Carvalho (Médico da Real Câmara, o “Santo Luís Manoel” a quem muitas vezes envia recomendações) de quem tem sabido notícias por outros colegas e amigos, como os irmãos João e Vicente Navarro de Andrade e Francisco de Melo Franco<sup>187</sup>.

Em 1820<sup>188</sup>, depois da Revolução Liberal (Porto), a Junta Provisional do Porto, através de Filipe Ferreira de Araújo e Castro, pede a Abrantes uma opinião sobre o processo de Convocatória das Cortes e sobre a representatividade das mesmas. O documento por ele produzido, datado de 22 de Outubro, conservado no Arquivo do Físico Mor (FDUL)<sup>189</sup>, é interessantíssimo e cauteloso<sup>190</sup>. Quanto ao primeiro ponto, defendeu que a convocatória só teria legitimidade se se pudesse deduzir do consentimento da Nação e da conveniente expressão da Vontade Geral e que em sua opinião, que sempre expressou a “El Rei Nosso Senhor”, devia observar-se a maneira como eram convocadas desde o princípio da Monarquia até D. Pedro II (quer convocações ordinárias quer extraordinárias). Para tal, disse, seria necessário haver uma lei que o determinasse, e alertou que seria preciso haver uma razão clamorosa e crítica (sendo necessário que se declare à nação) para “que nem tempo ha para dar parte a Sua Majestade, a fim de que nomeasse ao menos seos Procuradores”. Relativamente à representatividade, sensibilizou para a necessidade de contenção de despesas, sem prejuízo de uma completa representação nacional (não menos numerosa do que as Cortes de 1679, onde se contabilizaram 164 assinaturas). Para evitar gastos excessivos<sup>191</sup> sugeriu a nomeação de Comissões Sectoriais, reduzindo, assim, o número de elementos a comparecer nas sessões de trabalho. Por outro lado, recomendou que o número de representantes fosse um pouco superior ao estritamente necessário<sup>192</sup>, prevenindo dessa maneira os inconvenientes decorrentes de acontecimentos inopinados como óbitos, doença e outros. Por fim, manifestou a sua preocupação pelas representações do Brasil e Ilhas, sugerindo, face à aparente urgência, que os Brasileiros que vivessem em Portugal se juntassem quanto antes em Lisboa e elegessem tantos representantes quanto as capitánias do Brasil ou duplicando o número deles pelo número de Brasileiros<sup>193</sup>. Se assim fosse feito, disse, não podia “acontecer mal”; o contrário é que poderia ser alvo de críticas. E terminou preconizando processo similar para as Ilhas.

## ***Abrantes e os acontecimentos de 1821 a 1827***

O regresso de D. João VI a Portugal marca um período de reconhecimento público e da influência de Abrantes, que claramente passa a ter participação directa ou ser testemunha próxima e privilegiada da vida política e social do nosso País, neste período muito conturbado.

Reforçando a impressão da sua adesão à nova realidade política, sabemo-lo Deputado às Cortes Gerais<sup>194</sup> e encontrámo-lo como um dos elementos que contribuíram com donativos para o “Festejo Constitucional de 22 de Janeiro de 1822, primeiro Anniversario da Installação das Cortes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa”<sup>195</sup>. A 16 de Maio de 1822, em conjunto com elementos muito conotados com a Maçonaria, como Cândido José Xavier, António Lobo Girão, Caetano Rodrigues de Macedo, Francisco António Pinto, Duarte Coelho, Francisco de Lemos Bettencourt, entre outros, funda a *Sociedade Promotora da Industria Nacional*<sup>196</sup>. Em Agosto de 1822, é nomeado para acompanhar a Infanta D. Maria Teresa e seu filho a Espanha<sup>197</sup> e, a 9 de Outubro, é nomeado Médico Efectivo da Real Câmara<sup>198</sup>. No contexto de uma situação com particular

repercussão no momento político que se vivia, com a recusa de D. Carlota Joaquina em jurar a Carta, fez parte da Junta que avaliou o estado de saúde da Rainha, intimada a sair do território nacional, por estar aparentemente incapacitada para viajar (30 de Novembro de 1822)<sup>199</sup>. Finalmente, ainda a 1 de Dezembro, num ano que se percebe ter sido de grande actividade, é sócio fundador da *Sociedade de Ciências Médicas*, juntamente com, entre outros, velhos adversários seus, como Francisco Soares Franco. Este, por questões de saúde do Presidente eleito, será, quase de imediato, o Presidente da Sociedade, a quem Abrantes e Castro fará o relatório da deputação junto a D. João VI, da qual foi presidente e orador. É digno de nota registar que, entre os fundadores (médicos, cirurgiões e farmacêuticos), havia numerosos facultativos militares, sendo que todos os presentes na deputação referida o eram<sup>200</sup>. A primeira fase da Sociedade foi efémera, já que, com o movimento absolutista de 1823, as suas sessões foram interrompidas a partir de Maio e a Sociedade suspensa em Dezembro. Só viria a ser reinstaurada em 1835<sup>201</sup>.

Interessante documento, de 1823, é a carta<sup>202</sup> de Abrantes, dirigida a D. Carlota Joaquina, narrando pormenorizadamente os acontecimentos da Vilafrancada e atribuindo a acção de D. Miguel, entre outros aspectos, ao comportamento do Congresso com Sua Mãe (nela refere também que os médicos foram enxovalhados e “a pontos de serem perseguidos”<sup>203</sup>). Por tal motivo, “pelos desmandos do Congresso”, diz, D. Miguel tomou a resolução, de 26 para 27 de Maio, de fazer o pronunciamento. Relata que, na sequência do mesmo, vários deputados, entre eles João Bernardo da Rocha<sup>204</sup>, fugiram para Inglaterra, e termina “assim acabaram os novos Legisladores!”.

Em 1824, Abrantes vê reforçado o seu reconhecimento e estatuto: quase «de uma assentada»<sup>205</sup>, em Janeiro, é nomeado Conselheiro (10 de Janeiro), Fidalgo Cavaleiro (14 de Janeiro) e são-lhe concedidas Honras de Físico Mor do Reino (a 17 de Janeiro; à época o Físico Mor do Reino era o Barão de Alvaizere)<sup>206</sup>. É-lhe, ainda, concedido a título vitalício, o Cargo de Tesoureiro da Bula de Braga e sua Comarca, decreto assinado no Palácio da Bemposta, a 7 de Setembro de 1824<sup>207</sup>.

No ano seguinte, a sua posição como médico da Real Câmara torna-o próximo da Princesa D. Isabel Maria, Infanta enfermiça desde tenra idade. Esta particularidade justificará o papel activo de Abrantes na Regência de D. Isabel Maria, como adiante se verá. De qualquer forma, ainda neste ano, o reconhecimento no seu contributo para a cura desta Infanta e Sua Irmã, D. Maria de Assunção, valer-lhe-á a propriedade do ofício de Tesoureiro Geral do Senado de Lisboa, por decreto de 29 de Agosto de 1825, assinado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda<sup>208</sup>. Por fim, mas especialmente relevante pelo desassombro da posição pública que assume, salienta-se a sua resposta a um Manifesto contra a “Nação Britânica”, posto a circular nas cidades de Lisboa e Porto e Norte do País. Atribuindo a sua possível autoria ao Conde de Suberra, Abrantes, publica, a 30 de Abril, *A Nação Inglesa Vingada ou resposta à infame proclamação, que nos fins de Janeiro de 1825, se espalhou nas cidades de Lisboa, e do Porto e nas províncias do Norte contra a nação e contra o governo inglês*<sup>209</sup>, contestando uma a uma as acusações contra supostos desmandos, traições ou incumprimentos dos nossos aliados ao longo da nossa

História, inclusive na recente Guerra Peninsular. Pamplona Côrte-Real, tendo estado ligado à Legião Portuguesa, acompanhado Massena na 3ª Invasão (chegando a ser Governador Militar de Coimbra) e mantendo-se ao serviço da França até 1821, altura em que foi amnistiado, era considerado partidário do “partido francês” (senão mesmo o seu mentor), que pretendia afastar D. João VI e Portugal da aliança com a Grã-Bretanha a favor da França, Espanha e da “ímpia Junta Apostólica, ou Jesuítica”<sup>210</sup>. Abrantes, na edição de 1827, não deixará de culpabilizar o Embaixador Britânico à época (Sir William A`Court)<sup>211</sup> por esta manifestação pública, devido ao seu comportamento,

“(…) o qual, sem o querer, como eu penso, movido por hum medo mal, e muito mal fundado, e persuadido, talvez, que serve bem a sua nação, tem feito gravíssimos males á cauza de Portugal e do Senhor Dom Pedro 4º; e se tem tornado porisso (sic) o objecto da indignação, e ódio publico dos bons portuguezes, que são todos aquelles que são fieis ao juramento que prestarão, que são leaes ao Senhor Dom Pedro 4º., e á Carta Constitucional, *legitima e generosamente dada*”.<sup>212</sup>

Em 1826, na qualidade de médico, reforça a sua influência sobre a Regente, que acompanha a tratamentos no Hospital das Caldas da Rainha. Vários são os “Boletins” emitidos sobre o estado de saúde de Sua Alteza Sereníssima e assinados pelo Conselheiro Abrantes<sup>213</sup>. Curiosamente, este, apesar das anteriores injúrias e críticas, terá contribuído para a atribuição de uma pensão a José Agostinho de Macedo, após o elogio fúnebre de D. João VI, a 10 de Março de 1826, para o qual aquele foi escolhido<sup>214</sup>. Mas não sem dissabores: acontece que, antes de saber desse facto, Macedo tinha feito uma crítica acerada a Abrantes que, de algum modo, chegou às mãos e foi publicada por Ferreira Borges, no *Correio Interceptado*, em Londres<sup>215</sup>. Esta situação levou Macedo a publicar um opusculo negando qualquer relação com o publicitado...<sup>216</sup> Nesta linha de mediação de influências, mesmo em prol de adversários, destaca-se, ainda, a missiva cordata do Dr. Feliciano de Castilho<sup>217</sup>, datada de 2 de Agosto de 1826, agradecendo a carta do Colega que informava ter a Infanta assinado, na véspera, o Decreto das Mercês concedidas ao seu filho Augusto. Na mesma descreveu, ainda, as cerimónias do Juramento da Carta Constitucional na Faculdade de Medicina de Coimbra (31 de Julho)<sup>218</sup> e na própria Coimbra, onde houve 3 dias de festa, com toques de sino, luminárias e “outros sinais de regozijo”, “(...) tudo no maior socego, e sem o mais leve receio (...)”. Precisamente sobre o juramento desta nova Carta é de especial relevo, no que diz respeito à intervenção de Abrantes, acompanharmos os acontecimentos que a antecederam, recorrendo ao opúsculo do mesmo, intitulado *Carta do Conselheiro Abrantes a Sir William A`Court, sobre a regencia de Portugal, e a Authoridade do Senhor Dom Pedro IVº, como Rey de Portugal, e como pai da Senhora D. Maria IIª* (1827), e à tese de mestrado de Liliana Matos, *A Regência da Infanta Isabel Maria (1826-1828)* (2018)<sup>219</sup>. Os elementos do Conselho da Regência aparentemente desconsideravam a Infanta frequentemente, quer ocultando determinados assuntos quer promulgando decretos ou directivas que contrariavam a sua vontade ou orientação. Numa sessão de Maio, o Conde dos Arcos terá desconsiderado a Infanta Regente, que teve um achaque (“alli mesmo perdeu o movimento do braço e perna direita”<sup>220</sup>), alegando Abrantes, na sua jactância, ter tido um papel primordial:



“(…) a indignação, o odio e a raiva publica contra o conde dos Arcos subio ao mais alto ponto: e se eu não conseguisse o prompto restabelecimento de S.A, a vida do conde dos Arcos corria o mais eminente perigo. Mal o sabe S. Ex<sup>a</sup>.”<sup>221</sup>

Abrantes relata a instabilidade política desta época, fomentada ainda por notícias vindas do Brasil, directa ou indirectamente<sup>222</sup>, muitas vezes contraditórias, nomeadamente quanto à decisão final de D. Pedro. Uma delas, apenas mencionando a sua abdicação, levou a que alguns membros da Regência, como o Conde de Barbacena, se apressassem a proclamar D. Miguel como Rei de Portugal, fazendo com que “(…) Lisboa esteve a ponto de nadar em sangue, e o Reino todo”. A chegada de Sir Charles Stuart, a 8 de Julho, às Caldas da Rainha, “portador da Carta Constitucional, de vários Decretos, e de huma Carta do Senhor Dom Pedro 4<sup>o</sup>. para sua Irmã, a Senhora Infanta D. Isabel Maria”, foi primordial para reverter a evolução da situação. Suspendendo os tratamentos, a Princesa foi para Lisboa tomando as diligências para que a Carta fosse jurada em todo o continente, no já referido 31 de Julho<sup>223</sup>. Liliana Matos, na sua tese, evoca a convicção de Pinheiro Chagas e Luz Soriano quanto ao papel essencial de João Carlos Saldanha (à data Governador Militar do Porto) e de Abrantes, ante a reserva dos restantes elementos da Regência, na concretização do Juramento da Carta<sup>224</sup>. Perante esta referida resistência e, até, possível sublevação de elementos afectos à causa de D. Miguel, houve rumores de um provável um levantamento da população de Lisboa, a 1 de Agosto<sup>225</sup>, em defesa da Carta e para proclamar a Infanta como única Regente. Alegando riscos de distúrbios da ordem pública, Abrantes assume, na *Carta a Sir William A`Court*, ter sido um dos que incentivou D. Isabel Maria a antecipar-se e, mesmo, a pedido da mesma, com mal disfarçada modéstia, a autoria da Proclamação que a mesma proferiria.

O ano seguinte será o clímax da participação activa do Conselheiro na cena política portuguesa, sendo encarregado pela Regente para ir ao Rio de Janeiro apresentar ao seu irmão Pedro um pedido de instruções sobre oito aspectos específicos<sup>226</sup>, “tendentes á Felicidade de Portugal e a firmar neste malfadado Reino a Carta Constitucional, que D. Pedro, rei legítimo, nos outorgou”<sup>227</sup>. Na nossa consulta deste copiador (do relatório oficial), datado de 13 de Abril de 1827, apuramos os seguintes pontos: número de Conselheiros que o Conselho de Estado deveria ter<sup>228</sup>; proposta sobre a Regulação do Corpo Diplomático; quais as Graças que D. Isabel Maria podia conceder a quem se distinguisse<sup>229</sup>; nomeação do Secretário do Gabinete de Sua Alteza Sereníssima, no caso, o próprio Abrantes...<sup>230</sup>; decisão quanto ao destino da Sua Augusta Mãe, já que a sua presença em Portugal era factor de destabilização; a tutela da Casa das Senhora Rainhas<sup>231</sup>; e os pontos 7 e 8, que se seguiam, relacionavam-se com análise de determinados artigos da Constituição<sup>232</sup>. Abrantes também transmitiu indicação de D. Pedro<sup>233</sup> para que, em sessão das Cortes, fosse solicitado que Ele declarasse, por Decreto, que a Abdicação foi em nome da sua filha D. Maria da Glória, só se aplicando quando Ela atingisse a maioridade<sup>234</sup>, fazendo ele próprio sugestões a D. Isabel Maria relativamente às diligências a tomar. Transmitiu, ainda, a estranheza de D. Pedro por os Ministérios não terem castigado exemplarmente rebeldes e deserções e o Seu pedido para que Sua Alteza não impedisse, antes promovesse, a passagem de 5.000-6.000 portugueses e ilhéus para o Brasil. Mas não menos interessante, porque diz muito da personalidade de Abrantes, é



o excerto em este refere que Sua Majestade aprovou que Sua Alteza se declarasse Regente de Portugal no dia 1 de Agosto de 1826 e que calculava que a autoria da proclamação fosse sua, “já que lhe conhecia o estilo”.... No mesmo copiador<sup>235</sup>, datada de 7 de Abril de 1827, há uma missiva para o Conselheiro Francisco Gomes (da Silva<sup>236</sup>), queixando-se de estar adoentado, após uma viagem penosa de 58 dias, e que percebeu que, na sua ausência, a Infanta foi logo cercada por “Ministros e Traidores que logo intrigaram”. A Infanta tê-lo-ia recebido, diz, num estado deplorável e banhada em lágrimas no Palácio da Ajuda. Depois da audiência, D. Francisco d`Almeida (Lavradio), Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, que ele considerava “um dos mais traidores”, apresentou-lhe o Decreto, datado de 4 de Abril de 1827, que o nomeava Conselheiro da Embaixada de Inglaterra, com o rendimento anual de um conto...

## ***Novo Exílio e Epílogo***

Nesta situação, pois que de um exílio encapotado se tratou, Abrantes não deixou de fazer as suas intervenções. Vieira Reis, aliás, na sua obra *História da Medicina Militar Portuguesa*<sup>237</sup>, cita Carlos de Passos, no seu livro *D. Pedro IV e D. Miguel I*:

“Palmela (o duque) escrevia ao Ministro dos Negócios Estrangeiros quando ele foi para Londres, que «Cá está o Dr. Abrantes e não me queixo do presente que me mandaram, porque vejo poderá ser menos nocivo aqui do que lá. Elle por escrito poderá continuar a intrigar...»”.

E foi o que aconteceu, a 5 de Julho de 1827, ao publicar a já referida *Carta a Sir William A`Court*<sup>238</sup>, com o objectivo de contestar a opinião, que A`Court vinha expressando publicamente, de caber a D. Miguel assumir a regência, em detrimento da Infanta D. Isabel Maria, quando completasse os 25 anos. Para tal argumenta com as disposições da Carta, no que a esta situação específica se applicava, narrando os acontecimentos de 1826 que já citamos no capítulo anterior. Esta argumentação e a interpretação dos acontecimentos serão alvo de crítica e contestação por parte de outros, como é o caso do folheto *Minhas observações á Carta do Doutor Abrantes*, atribuído a D. Luís António Carlos Mendonça Furtado, Grão-Prior da Ordem de Cristo<sup>239</sup> (figura também controversa e particularmente visado no opúsculo de Abrantes). Atacando violentamente Abrantes, que considera “Chefe de intrigas” e “fanfarrão”, condena-o por chamar a si a responsabilidade, directa ou por seu conselho, de tudo o que se fez merecedor de louvor ou digno de aprovação durante o governo da Infanta Regente, considerando que tal é insultuoso com a mesma, ao minorizar a sua acção. Por outro lado, contesta o que considera serem calúnias e intrigas sem provas e recrimina-o pelo facto de imputar tudo o que “lhe convem passar por máo” aos “(...) Ministros d`Estado, até desfigurando os factos, e mentindo na sua exposição para fazer odiosos os mesmos Ministros”<sup>240</sup>. E termina considerando que:

“(...) a benignidade, com que a Augusta Regente temperou a pena do honroso exterminio, foi mais hum incentivo, para que elle desenvolvesse o seu odio, há

muito conhecido, contra os Soberanos, e Seus Lugar-Tenentes...”<sup>241</sup>

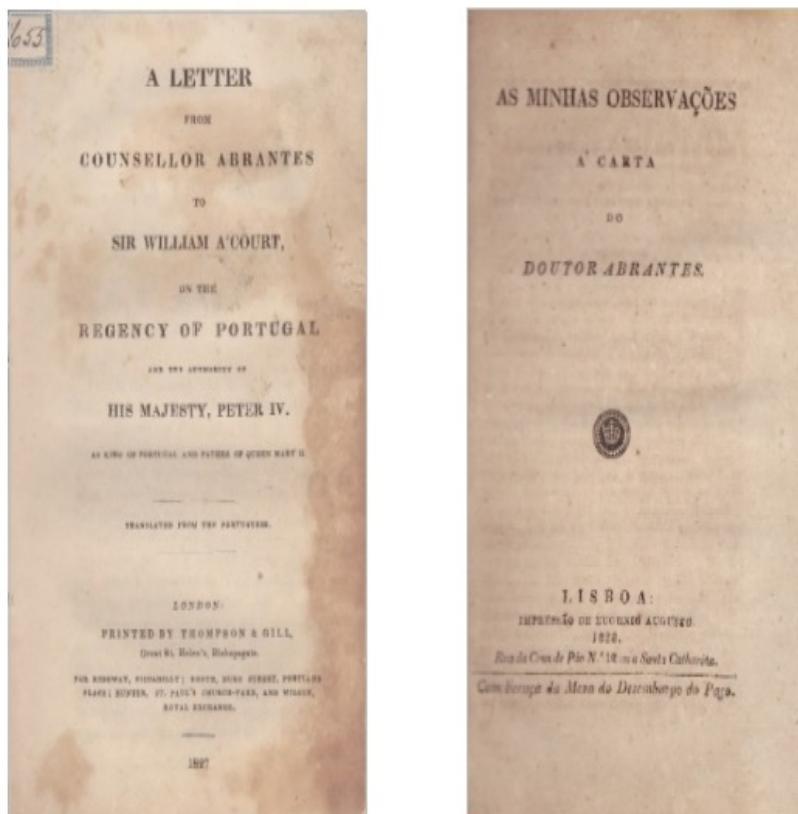


Figura 3 - Folhas de rosto da versão inglesa da Carta do Conselheiro Abrantes a Sir William A'Court (...) (Londres: Thompson & Gill, 1827) e do «folheto» Minhas observações á Carta do Doutor Abrantes

(Lisboa: Eugénio Augusto 1828) - Colecção do Autor.

Em 8 de Agosto de 1828, Abrantes dá conta do roubo do Cofre da Bula de Braga, do qual era tesoureiro, à guarda do seu delegado, num valor de seis contos e quatrocentos e quarenta e sete mil reis (quantia considerável para a época), perpetrado por “rebeldes que voltaram a entrar em Portugal”, solicitando a Sua Alteza, por não haver culpa e como era prática comum, que lhe fosse restituída a quantia paga adiantada (em Outubro) pela Tesouraria Pública ou que ordenasse ao Comissário Geral da Bula (“meu inimigo declarado como V.A. sabe”) a entrega dessa quantia ao seu Procurador<sup>242</sup>.

Desta fase, ainda, conserva-se diversa correspondência, quer diplomática quer pessoal, como a do Marquês de Barbacena (que lhe dá conta da alteração do destino de viagem de D. Maria da Glória para Londres, aprovada pelo Seu Augusto Pai, estando a causar impressão muito positiva à Família Real Inglesa)<sup>243</sup> e a do já referido Conselheiro Francisco Gomes da Silva, alguma dirigida para Paris, onde se deduz que tenha estado algum tempo (embora mencionando o seu cargo de Conselheiro da Embaixada de Londres).

Abrantes regressou a Lisboa, em 1833, desgostoso, segundo Vieira Reis, por não ser reintegrado nas suas anteriores funções<sup>244</sup>, falecendo pouco depois a 15 de Novembro de 1833<sup>245</sup>, conforme consta na cópia da sua certidão de óbito, datada de 20 de Novembro<sup>246</sup>. A título de curiosidade, regista-se que seu filho, José Maria de Abrantes e Castro, elaborou uma petição para poder começar a servir o ofício de tesoureiro-geral do Senado da Câmara de Lisboa, no próprio dia da morte do seu pai...<sup>247</sup>

## **Conclusão/Discussão**

Abrantes e Castro foi, de facto, uma personagem multifacetada, cuja vida acompanhou de muito perto muitos momentos cruciais na primeira metade de Portugal de oitocentos. Através dele, da sua biografia, agora mais completa, com recurso a documentação ainda pouco explorada, conseguimos ter um vislumbre da organização da Saúde Militar do Exército da época, da realidade socioeconómica e política nas Invasões Francesas, do período imediato que se seguiu até à revolução liberal, incluindo a exuberante explosão e acção da imprensa de língua portuguesa<sup>248</sup>, dos acontecimentos após o regresso de D. João VI até à regência de D. Isabel Maria e a instabilidade inerente ao choque das facções afectas a D. Pedro (IV) ou D. Miguel, e suas primeiras consequências.

O Coronel Médico Vieira Reis tem razão quando afirma que Abrantes “está por dentro de quase tudo”...<sup>249</sup> Corresponde-se com inúmeras personalidades, acompanha a Família Real, opina sobre tudo, tem participação activa em períodos críticos, não deixando de reforçar as suas virtudes, de enaltecer os seus fiéis e de atacar os seus adversários. Naturalmente que a visão que conseguimos, com o devido distanciamento, tem o viés das fontes, por maioritariamente o serem na primeira pessoa. Impõe-se, por outro lado, ter em conta “os usos e costumes da época” quando Vieira Reis fala de “língua terrível”, já que percebemos que não eram invulgares estes confrontos e críticas mútuas, entre rivais (muitos deles médicos...) e adversários políticos, sobretudo, a nível da imprensa periódica que floresceu nesse período. Casos bem documentados são os de Hipólito da Costa, Heliodoro Jacinto Carneiro e Vicente Ferreira Cardoso da Costa (*Correio Braziliense*), Abrantes e José Liberato Freire de Carvalho (*O Investigador Portuguez em Inglaterra*), Feliciano de Castilho (*Jornal de Coimbra*), Francisco Soares Franco (*Gazeta da Agricultura*), Rocha Loureiro (*O Portuguez*) ou José de Agostinho de Macedo, nos seus numerosos “folhetos”. Rivalidades e ataques mordazes que, aliás, não impediam alianças ou convergências mais ou menos duradouras, como os referidos casos de Castilho, Soares Franco e, mesmo, Macedo! Nesta biografia ficamos, ainda, mais perto da natureza humana, nos seus melhores mas também nos seus piores aspectos. O rigor na gestão da Fazenda do Serviço Público, hoje como outrora, traz dissabores... O sucesso traz inveja... A proximidade dos centros de decisão pode acarretar uma fixação ao poder e jogos de interesse. No entanto, há que reconhecer que Abrantes mostrou fidelidade e respeito a D. João VI, quer no exílio quer na revolução liberal, que abraçou a causa de D. Pedro e da Regente D. Isabel Maria<sup>250</sup>, assumindo publicamente posições de confronto com personagens poderosas. Ainda nesta linha de actuação não podemos deixar de ressaltar a

sua posição imparcial perante a Grã-Bretanha, assumindo a sua defesa enquanto aliada, ao longo da nossa História, mas não deixando de defender a necessidade de firmeza, por parte de D. João VI, face ao incumprimento das cláusulas do Tratado de 1810 ou de criticar o Embaixador Britânico que expressava opinião diversa quanto à titularidade da Regência. Relativamente à Maçonaria, Abrantes deixa transparecer alguma ambiguidade, porque tendo publicitado que se afastou, a pedido do Príncipe Regente, numa missiva de Londres, dirigida a António de Araújo de Azevedo, referindo-se a um aliciamento por intermédia pessoa para ingressar na Loja Lusitana<sup>251</sup>, afirma que seria tolo<sup>252</sup> se voltasse enquanto S.A.R. não o consentisse<sup>253</sup>. Homem culto, Abrantes associou-se, não só mas também imbuído pelo espírito da organização atrás referida, à promoção do progresso do país no sentido lato (na criação da *Sociedade Promotora da Industria Nacional*) e da medicina em sentido mais estrito (na fundação da *Sociedade de Ciências Médicas*).

O Conselheiro Abrantes era um ser humano, seguramente com virtudes e defeitos como outros: rigoroso e consciencioso na gestão da fazenda pública, enquanto responsável ou corresponsável pela estrutura de saúde militar em Portugal e nos Algarves, evidenciando espírito de missão<sup>254</sup>, afigura-se ter sido também influenciador e um pouco manipulador para chegar aos objectivos pessoais e nacionais, decerto cativado pela proximidade do poder. Evidenciando, em algumas passagens, algum narcisismo, mostra-se exigente e crítico das acções de terceiros<sup>255</sup>, mas também mais sensível às críticas destes. Mas volta-se a insistir que é preciso contextualizar o indivíduo na sua época, encontrando-se igual comportamento entre numerosas personalidades da época, período de grande conturbação política, social e ideológica, o que nos faz moderar a tendência para um julgamento tão peremptório como o de Vieira Reis.

A verdade é que, reflectindo sobre a actual vivência política e corporativa profissional, será que a realidade que acompanhamos neste ensaio será tão diferente? Ou simplesmente, numa época em que a escrita era o grande meio de comunicação, nomeadamente entre os actores da cena política e social, estas movimentações e intrigas ficaram mais indelevelmente plasmadas na correspondência que nos chegou?

## ***Fontes e Bibliografia***

### **Fontes**

#### **Manuscritas /Transcrições**

- Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho

Fundo do Conde da Barca - Correspondência de Bernardo José de Abrantes e Castro

Cotas: PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/00018,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000412, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000403,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000404,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000405,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000408,PT/UM-ADB/FAM/FAA-

AAA/000409,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000411,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000414,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000417,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000418,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000419,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000421,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000422,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000424,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000425,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000426,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000428,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000431,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000433,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000434,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000437,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000438,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000440,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000443,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000444,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000445,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000447,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000448,PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000449

- Arquivo da Universidade de Coimbra

Cotas: PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/006917

- Arquivo Histórico Militar

Cotas: PT/AHM/DIV/1/13/09/23, PT/AHM/DIV/3/16/01/02/91, PT/AHM/DIV/3/16/01/04/165, PT/AHM/DIV/3/16/01/02/123

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Cotas: PT/TT/COM/A-C/002-002/0010/00035, PT/TT/RGM/F/0000/139616, PT/TT/RGM/F/0000/139630, PT/TT/RGM/F/0000/139633,PT/TT/RGM/F/0000/139636

- Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Reservados

Arquivo do Físico Mor

Cotas: Ms.Av.61-1, Ms.Av.65-1, Ms.Av.65-54, Ms.Av.65-60, Ms.Av.65-66, Ms.Av.65-87, Ms. Av.65-104, Ms.Av.65-111, Ms.Av.65-115, Ms.Av.65-116, Ms.Av.66-125, Ms.Av.66-295, Ms.Av.66-300, Ms.Av.66-303, Ms.Av.66-311, Ms.Av.66-359, Ms.Av.66-397, Ms.Av.67-11, Ms.Av.67-13, Ms.Av.67-16, Ms.Av.67-52, Ms.Av.67-53, Ms.Av.67-54, Ms.Av.67-55, Ms.Av.67-57, Ms.Av.67-58, Ms.Av.67-59, Ms.Av.67-65, Ms.Av.67-96, Ms.Av.67-165, Ms.Av.67-170, Ms.Av.67-183, Ms.Av.67-189, Ms.Av.67-193, Ms.Av.67-197, Ms.Av.67-198, Ms.Av.68-3, Ms.Av.68-15, Ms.Av.68-24, Ms.Av.68-26, Ms.Av.68-34, Ms.Av.68-36, Ms.Av.68-39, Ms.Av.68-43, Ms.Av.68-53, Ms.Av.68-54, Ms.Av.69-39

- Governo do Brasil

Avisos e Ofícios. Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Notação: IJJ1 703, Datas limite: 1812-1812, Título do fundo: Série Interior, Código do fundo: A6, Data do documento: 16 de Janeiro de 1812. Local: Palácio do Rio de Janeiro. Folha(s): 27-28. [historialuso.an.gov.br/images/chamadas/temas/tema-sala-aula/A6\\_IJJ1\\_703.pdf](http://historialuso.an.gov.br/images/chamadas/temas/tema-sala-aula/A6_IJJ1_703.pdf).



(Consultado em Fevereiro de 2021)

## **Impressas**

Imprensa Periódica

- *Diário do Governo*

Biblioteca do Parlamento - DIGIGOV (cepese.pt) (Consultado em Março-Maio de 2021)

*Diário do Governo*, nº 2 (Janeiro de 1823): 8-11 (corresponde às páginas 2-5 desse número), *Diário do Governo*, nº 67 (20 de Março de 1822): 471 (corresponde à página 5 desse número), *Diário do Governo*, nº 93 (22 de Abril de 1822): 649-651 (corresponde às páginas 5-7 desse número), *Diário do Governo*, nº 123 (7 de Maio de 1822): 867-868 (corresponde às páginas 7-8 desse número), *Diário do Governo*, nº 189 (13 de Agosto de 1822): 1389 (corresponde à página 1 desse número), *Diário do Governo*, nº 295 (14 de Dezembro de 1822): 2189-2194 (corresponde às páginas 2-8 desse número)

- *Gazeta de Lisboa*

(*Google Books*) (Consultado em Fevereiro-Maio de 202)

*Gazeta de Lisboa* nº 153, de 3 de Julho de 1826

- *Jornal de Coimbra*

Biblioteca Digital Geral da Universidade de Coimbra e Biblioteca Nacional do Brasil, entre outras

[Biblioteca Geral Digital - Jornal de Coimbra . - Vol. 1, nº 1 \(Jan. 1812\) - vol. 16, nº 89 \(1820\) \(uc.pt\)](#) e [Hemeroteca \(bn.br\)](#) (Consultado desde 2019)

*Jornal de Coimbra*, Vol. I (1812): 95-112, 194-195, 208-213, *Jornal de Coimbra*, Vol. IV(1813): 251-252, *Jornal de Coimbra*, Vol. V (1813): 151-153, *Jornal de Coimbra*, Vol. VII, Parte I (1814): 24

- *O Investigador Portuguez*

Biblioteca Nacional de Portugal, mas também Biblioteca Digital Geral da Universidade de Coimbra e Hemeroteca de Lisboa, no *Google Books* [j-103-b\\_1811-07\\_0000\\_capa-cap\\_a\\_t24-C-R0150.pdf \(purl.pt\)](#) (Consultado em Abril de 2021)

*Investigador*, Número V (Novembro de 1811): 190-241

- *O Correio Braziliense*

*Google Books*, entre outras

Correio braziliense, ou, Armazem literário - *Google Books* (Consultada em 2020)

*O Correio Braziliense*, Vol. VIII (Maio de 1812): 625-631.

Livros

Almeida, António de. *Reflexoens do Dr. Andrew Halliday a respeito do estado presente do Exercito de Portugal*. Londres: M. Bryer, 1812. Biblioteca Nacional de Portugal, cota do exemplar digitalizado: hg- -2766-1-v. <https://purl.pt/28679> (Consultado em 2019).

Castro, Bernardo José de Abrantes e. *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo José d'Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América*. Londres: M. Bryer, Novembro de 1810. Biblioteca Nacional de Portugal, cota do exemplar digitalizado: hg-8194-v. <https://purl.pt/24717> (Consultado em 2020).

Castro, Bernardo José de Abrantes e. *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor*. Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810. *Supplica a Sua Alteza Real, o Principe Regente Nosso Senhor*. [A plea for ... - Bernardo José de Abrantes e Castro - *Google Books* (Consultado em Fevereiro de 2021)].

Castro, Bernardo José de Abrantes e. *Carta do Conselheiro Abrantes a Sir William A'Court, sobre a regencia de Portugal, e a Authoridade do Senhor Dom Pedro IVº, como Rey de Portugal, e como pai da Senhora D. Maria IIª*. Londres: Thompson e Gill, 1827. <https://catalog.hathitrust.org/Record/010977339> (Consultado em Dezembro de 2020). <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7313> (Consultado em Dezembro de 2020).

Castro, Bernardo José de Abrantes e Castro. *A Nação Inglesa Vingada ou resposta à infame proclamação, que nos fins de Janeiro de 1825, se espalhou nas cidades de Lisboa, e do Porto e nas províncias do Norte contra a nação e contra o governo inglez*. Londres: Thompson e Gill, 1827. [A nação Ingleza vingada ou resposta á infame proclamação: que nos fins de ... - Bernardo José de Abrantes e Castro - Google Books](#) (Consultado em Março de 2021).

*Diccionario Aristocrático*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, Tomo I. [A-E - Google Books](#) (Consultado em Março de 2021).

Goldsmith, Lewis. *História Secreta do Gabinete de Napoleão Bonaparte, traduzida em portuguez por \*\** (tradução atribuída a Abrantes e Castro). Londres: M. Breyer, Impressor, Bridge Street, Blackfriars, 1811. Colecção do autor.

Halliday, Andrew. *Observations on the present state of the Portuguese Army as organised by Lieutenant General Sir William Carr Beresford, K.B. Field Marshal and Commander in Chief of that Army with an account of the different Military Establishments and Laws of Portugal and a sketch of the Campaigns of the last and*

*present year during which the Portuguese Army was brought into the field against the enemy, for the first time as a Regular Force.* Londres: C. Baldwin, 1811. Observations on the present state of the Portuguese Army - Andrew Halliday - [Google Books](#) (Consultado em 2020).

Halliday, Andrew. *The Present State of Portugal, and of the Portuguese Army: With an Epitome of the Ancient History of that Kingdom, a Sketch of the Campaigns of the Marquis of Wellington for the Last Four Years, and Observations on the Manners and Customs of the People, for the Last Four Years, and Observations on the Manners and Customs of the People, Agriculture, Commerce, Arts, Sciences, and Literature.* Edimburgo: G.R. Clarke, 1812; Londres: Longman & Co, 1812. Biblioteca Nacional de Portugal, cota do exemplar digitalizado: sc-10778-v. <https://purl.pt/17137> (Consultado em 2019).

Macedo, José Agostinho de. *Resposta aos Collaboradores do Infame Papel Intitulado Correio Interceptado nº 6.º Impresso em Londres.* Lisboa: Bulhões, 1826. Coleção do autor.

Mendonça, Luís António Carlos Furtado de (atribuído a). *As minhas Observações á Carta do Doutor Abrantes.* Lisboa: Eugénio Augusto, 1828. Coleção do autor.

## **Bibliografia**

### **Livros**

Borrego, Nuno Gonçalo Pereira. *Mordomia-Mor da Casa Real - Foros e Ofícios 1755-1910.* Lisboa: Tribuna, 2007.

Câmara. Benedita Cardoso. *Do Agrarismo ao Liberalismo. Francisco Soares Franco. Um Pensamento Crítico*, Série - Cultura Moderna e Contemporânea. Viseu: Tipografia Guerra; Edição: Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1989. 303711064.pdf (core.ac.uk) (Consultado em Março de 2021).

Lustosa, Isabel. *O Jornalista que Imaginou o Brasil - Tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823).* Campinas: Editora Unicamp, 2019.

Reis, Carlos Vieira Reis. *História da Medicina Militar Portuguesa.* Lisboa: Estado Maior do Exército, 2004, Vol. I e II.

Ventura, António. *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.

### **Artigos**

Dias, Eurico José Gomes. "Os Combates da imprensa periódica portuguesa às vésperas



## **Páginas Institucionais**

Arquivo Nacional e A História Luso-Brasileira

“Jornal Contrário às ideias do Correio Braziliense”

[Jornal contrário às ideias do Correio Braziliense \(an.gov.br\)](#) (Consultado em Dezembro de 2020)

“Imprensa, Jornais e Pasquins”, de Meirelles, [Juliana Gesuelli](#)

[Imprensa, jornais e pasquins \(arquivonacional.gov.br\)](#) (Consultado em Dezembro de 2020)

Sociedade de Ciências Médicas

[Entrada \(scmed.pt\)](#) (Consultado em 2020)

## **Agradecimentos**

Às Senhoras Professoras Doutoradas Maria Alexandre Lousada e Maria Leonor Garcia da Cruz, Docentes do Presente Seminário, pelo incentivo e pelas sugestões nos diversos aspectos do trabalho. Ao Senhor Professor Doutor António Ventura, pelo estímulo e sugestões de fontes e bibliografia. Ao Senhor Professor Doutor Miguel Dantas da Cruz, pela partilha regular de artigos sobre médicos e a medicina praticada, nos dois lados do Atlântico, nesta época, e pela referenciação à Senhora Professora Doutora Laurinda Abreu, que, por sua vez, também gentilmente sugeriu fontes e bibliografia. Ao Dr. Vítor Cotovio, Psiquiatra e Amigo de longa data, por um pequeno ensaio sobre a possível personalidade de Abrantes, com base nos dados que o autor lhe facultou. Ao estimado Colega Daniel Sólón, por dar conhecimento do livro de Isabel Lustosa sobre Hipólito da Costa e pelo imediato e espontâneo oferecimento para o emprestar. Esta obra foi muito importante para enquadrar a fase em que Abrantes participou na chamada “Imprensa de Londres”. Ao Arquivo Histórico Militar, onde encontrei permanente disponibilidade, na pessoa do seu Director, Senhor Coronel Carreira Martins, e dos seguintes elementos: Srs. Majores Joaquim Roberto e Hélder Alves, Sr. Alferes António Pais, Sra. Dra. Sara Loureiro, Sra. D. Conceição Figueiredo e Sr. António Granha. Um particular agradecimento à Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa que, a título excepcional, dado o actual contexto de Pandemia, e posterior desconfinamento, permitiu o acesso, a 30 de Abril de 2021, fora do horário atribuído a externos (à data, apenas um turno por semana), para que o autor pudesse consultar um último lote de manuscritos que considerou como essenciais para o trabalho, o que, de outro modo, pela incompatibilidade com a sua actividade profissional, seria impossível. Por último, um agradecimento muito especial à Família pelo tempo e disponibilidade roubados...



---

1 Nota: O Autor não segue o presente Acordo Ortográfico.

2 Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004).

3 Expressão da responsabilidade do Autor.

4 Correspondência Oficial e Particular de e para si, Ofícios, Nomeações, etc.

5 Doravante, referido como AHM.

6 Inicialmente o autor tinha identificado os seguintes opúsculos: *Supplica a sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor* (1810), *Memória sobre a conducta do Dr Bernardo Joze d`Abrantes e Castro desde a retirada de Sua Alteza Real O Príncipe Regente Nosso Senhor para a América* (1810) e *Carta do Conselheiro Abrantes a Sir William A`Court sobre a regência de Portugal e a autoridade do Senhor Dom Pedro IV<sup>a</sup> Como Rey de Portugal, e como Pai da Senhora D. Maria II<sup>a</sup>* (1827), este com tradução imediata nas línguas inglesa e francesa.

7 Doravante, designada por FDUL.

8 Ver Pedro Pinto, “Índice dos Códices e Manuscritos Avulsos da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa,” *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Suplemento* (Coimbra: Coimbra Editora, 2013).

9 Pertencente ao Conjunto documental - Avisos e Ofícios. Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Notação: IJJ1 703, Datas limite: 1812-1812, Título do fundo: Série Interior, Código do fundo: A6, Data do documento: 16 de Janeiro de 1812. Local: Palácio do Rio de Janeiro. Folha(s): 27-28. Consultado em [historialuso.an.gov.br/images/chamadas/temas/tema-sala-aula/A6\\_IJJ1\\_703.pdf](http://historialuso.an.gov.br/images/chamadas/temas/tema-sala-aula/A6_IJJ1_703.pdf).

10 Uma tradução da *História secreta do gabinete de Napoleão Bonaparte*, de Lewis Goldsmith, cota ULFL000000267, de 1811, e *A Nação Inglesa Vingada ou Resposta á Infame Proclamação que nos fins de Janeiro de 1825, se espalhou nas Cidades de Lisboa, e do Porto, e nas Províncias do Norte contra a Nação, e contra o Governo Inglez*, cota ULF0000005285, de 1827 (este último, pelo menos a 2ª edição, é acessível pela *Google Books*: [A nação Inglesa vingada ou resposta á infame proclamação: que nos fins de... - Bernardo José de Abrantes e Castro - Google Books](#)).

[11](#) Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004), Vol. II, 210.

[12](#) Respectivamente: “Os Comerciantes e a Imprensa da Primeira Emigração,” *Estudos em Homenagem a Luis António de Oliveira Ramos, Faculdade de Letras Universidade do Porto* (2004): 1069-1084, “Comunicando as Ciências ao Público. As ciências nos periódicos portugueses de finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX,” *Actas do III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO*, Volume III (2005): 305-315, “A «Guerra», entre o Correio Braziliense e o Investigador Português em Londres no contexto do Império Luso-Brasileiro”, *Anais do IV Congresso Internacional de História - Cultura, Sociedade e Poder* (Setembro de 2014) e “Notícias diaspóricas: Breve anatomia da comunidade portuguesa em Londres (1808-1822)”, *Intellèctus* Ano XV, n. 1 (2016): 222-240.

[13](#) Registo no Arquivo Universitário de Coimbra, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/006917. Ver também Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *Mordomia-Mor da Casa Real - Foros e Ofícios 1755-1910* (Lisboa: Tribuna, 2007), Vol. II, 126.

[14](#) Ver Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *Mordomia-Mor da Casa Real - Foros e Ofícios 1755-1910* (Lisboa: Tribuna, 2007), Vol. II, 126, e Arquivo do Físico Mor (FDUL), cota Ms.Av.67-163. Referência no registo da mercê de Fidalgo Cavaleiro (tomado de novo), a 14 de Janeiro de 1824, e da concessão das Honras de Físico Mor do Reino, a 17 de Janeiro de 1824.

[15](#) Arquivo do Físico Mor (FDUL): de Jacinto, cota Ms.Av.67-96.; de Rodrigo, cotas Ms.Av.68-43, Ms.Av.68-34; de Vicente, cotas Ms.Av.68-24, Ms.Av.68-26, Ms.Av.68-36. Vicente aparece também como Vicente Navarro em MS. Av.65-104...Por consulta de documentos do Arquivo distrital de Braga, percebe-se que esse Vicente é irmão de Rodrigo Navarro de Andrade (Militar e Diplomata), e Opositor à Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, na altura “no Brasil” (*Jornal de Coimbra*, Vol. I (1812): 194-195). Jacinto (cónego) era irmão destes dois. Outros irmãos (João de Campos Navarro de Andrade e Joaquim Navarro de Andrade) eram também médicos e Lentes da Universidade de Coimbra.

[16](#) Seguindo os registos de dezenas de outros colegas, depreende-se que a inscrição em Filosofia e Matemática fazia parte obrigatória dos Preparatórios. Ver J. Martins e Silva, “Anotações sobre a história do ensino da Medicina em Lisboa, desde a criação da Universidade Portuguesa até 1911 - 2.ª Parte,” *Revista da Faculdade de Medicina de Lisboa*, Série III; 7 (6 (2002)): 305-314.

[17](#) Processo individual, Arquivo Universitário de Coimbra, PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/C/006917. No registo não é claro o Doutoramento, que se afigura mais

que provável por ser posteriormente considerado opositor ao lugar de Lente em 1803, e por mais tarde, e por diversas vezes, por exemplo em Boletins ou Exames Médicos oficiais publicados no *Diário de Governo* ou da *Gazeta de Lisboa*, o seu nome ser precedido por Doutor por extenso, ao contrário de alguns colegas, como o conceituado Manuel Luís Alvares de Carvalho, seu amigo pessoal.

[18](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL).

[19](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 2. Consultado em: [Supplica a Sua Alteza Real, o Principe Regente Nosso Senhor. \[A plea for ... - Bernardo José de Abrantes e Castro - Google Books.](#)

[20](#)*Ibidem*, 2.

[21](#)*Ibidem*, 3.

[22](#)*Ibidem*, 3. Com estas afirmações pensamos que quem seria colocado em causa seria o Dr José Feliciano de Castilho, na altura designado 1º Médico do Exército e Inspector dos Hospitais Militares do “Alem-Téjo”, não obstante os louvores que recebeu dos seus superiores. Ver *Jornal de Coimbra*, Vol. V (1813): 151-153.

[23](#)Nesta altura estaria casado com D. Maria Xavier, de acordo com o Documento Ms.Av.67-16 (Arquivo do Físico Mor (FDUL): “Instrumento de composição amigável, quitação geral, desistência e obrigação celebrado entre Eleutério da Cunha, mestre do ofício de ourives do ouro, e Anselmo Joaquim da Costa, escriturário da contadoria dos Hospitais Militares, como procurador do Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, respeitante à herança de D. Maria Xavier, filha do primeiro outorgante e esposa do segundo outorgante: Lisboa, 1810-04-12”.

[24](#)No Convento do Beato António, também conhecido por São Bento de Xabregas. Tal designação lança confusão com o Convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, igualmente designado por São Francisco de Xabregas, onde também funcionou, a certa altura, um Hospital Militar. Este equívoco é evidente na obra de Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004), Vol. I, 625-629. (N. do A.)

[25](#)Ms.Av.66-303, Ms.Av.66-397 (de 11 de Maio de 1802) e Mv.Av.66-300 (de 13 de Junho de 1802), respectivamente.

[26](#) Ms. Av.66-295 (19 de Junho de 1802) e Ms.Av.66-311 (9 de Maio de 1802), respectivamente.

[27](#) Em Dezembro de 1807, Abrantes e Castro pedirá certidão destes 2 decretos, ao voltar do exílio no Algarve e Alentejo (Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.66-359).

[28](#) Numa missiva dirigida ao Conde de Aguiar, em 1810, de Lisboa, em que fala da *Memória* e *Supplica* que lhe terá enviado, além de solicitar a nomeação como Médico Honorário da Real Câmara, “graça que eu ambiciono mais que tudo”, pede a verificação de uma graça já feita há mais de 8 anos e à qual o Bispo de Coimbra se terá oposto à vontade de S.A.R (Arquivo do Físico Mor (FDUL) Ms.Av.65-87).

[29](#) Habilitação ao Hábito de Cristo, sendo dispensado de fazer provas por despacho da Mesa da Consciência de 31 de Março de 1803. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, PT/TT/COM/A-C/002-002/0010/00035.

[30](#) Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 8.

[31](#) Código de referência: PT/AHM/DIV/1/13/09/23.

[32](#) Abrantes e Castro, *Op. cit.*, 8.

[33](#) O documento original, com despacho do Príncipe Regente, está depositado no Arquivo Histórico Militar (PT/AHM/DIV/3/16/01/02/91). Este Regulamento foi, em muitos aspectos, van guardista (e nalguns, até actual!), defendendo os Hospitais como local de ensino médico e cirúrgico, definindo regras e funções de todos os grupos profissionais, regulamentando as transferências inter-hospitalares, defendendo iguais cuidados para nacionais e adversários, etc.

[34](#) Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 10.

[35](#) AHM, PT/AHM/DIV/3/16/01/04/165.

[36](#) Abrantes e Castro, *Op. cit.*, Doc. 4 do anexo: nesse ofício é determinado que Abrantes e Castro passe a vencer o soldo de Físico Mor, mantendo o lugar de 1º Médico do Hospital Militar da Corte.

[37](#)*Ibidem*, 11.

[38](#)Doravante abreviado por S.A.R..

[39](#)Que atribui a Nunes do Valle. Ver Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo José d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 155.

[40](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo José d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 3. Desde essa data, diz não mais ter frequentado essa Sociedade, o que contradiz uma missiva enviada ao Conde de Aguiar, datada de 15 de Agosto de 1810, e enviada de Almada. Nela, Abrantes refere que quando lhe tinha ordenado, em 18 de Outubro de 1805, para, juntamente com Teodoro Ferreira de Aguiar, fazer a inspecção dos Hospitais Militares das Províncias do Norte, lhe tinha pedido (o Conde de Aguiar?) para se separar da Maçonaria por não aprovar essa Sociedade, e que ele (Abrantes) lhe tinha dado a sua palavra de honra. Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-58

[41](#)Nesta fase da sua vida, precisamente datada de 25 de Fevereiro, há uma carta da autoria de um Francisco Moreira, dando os pêsames a Abrantes e Castro pela morte do seu filho. Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.68-3.

[42](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 15.

[43](#)João Manuel Nunes do Valle. Não é clara a razão desta inimizade já que em diversos documentos Abrantes e Castro refere que o salvou da morte em 1801... (N.do A.)

[44](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810),16.

[45](#)*Ibidem*, 17. Esta nomeação não deixa de ser questionável já que, decorrendo das instruções do Príncipe Regente, Portugal não estava em Estado de Guerra. Esta e as nomeações anteriores estão transcritas no documento Ms.Av.66-359 do Arquivo do Físico Mor (FDUL): Certidão de três decretos régios a pedido do Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, Lisboa, 12 de Dezembro de 1807. O primeiro, datado de 28 de Março de 1805, nomeia o Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro como Inspector dos Hospitais Militares do Reino, o segundo, datado de 20 de Setembro de 1805, estabelece o seu ordenado como equivalente ao do Físico Mor, cargo vago por não



haver guerra, e o terceiro, datado de 22 de Março de 1806, nomeia o Dr. João Manuel Nunes do Vale para Físico Mor dos Exércitos em tempo de guerra. O segundo fixa, ainda, e também, o vencimento de Teodoro Ferreira de Aguiar, Cirurgião Mor da Armada, e dos Exércitos. No mesmo Arquivo existe um copiadador, Ms.Av.67-16, que engloba a primeira certidão. As datas da primeira e segunda constam também de uma anotação biográfica, sobre Abrantes e Castro, do AHM, PT/AHM/DIV/3/16/01/02/123.

[46](#)Na *Memória sobre a Conducta*,<sup>12</sup>, Abrantes alega que tal foi da responsabilidade de “João Manoel”.

[47](#)Mas não deixa de pedir uma cópia do decreto pelo qual Nunes do Valle foi nomeado Físico Mor em tempo de guerra, a 18 de Dezembro de 1810. Arquivo do Físico Mor (FDUL), Mv.As.66-359.

[48](#)Conforme refere na *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d’Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 13.

[49](#)*Ibidem*, 14.

[50](#)Encontramos no Arquivo do Físico Mor (FDUL), entre originais e os registados no copiadador, muitos dos documentos mencionados nestes opúsculos.

[51](#)Ver *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810),<sup>18</sup> e *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d’Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 16.

[52](#)Ver *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 19.

[53](#)“representaçãõ”, no original. *Ibidem*, 19.

[54](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d’Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 89-90.

[55](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 20.

[56](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 31, 248-249, 296-297, e outras. Bento Araújo, por ser seu amigo, apesar de benemérito, será durante a Segunda Regência alvo de calúnias (recebeu cartas anónimas que o tratavam por jacobino e “francez”). Araújo virá, ainda, a ser seu sogro, em 1812.

[57](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 295-297.

[58](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 20.

[59](#)*Ibidem*, 21.

[60](#)*Ibidem*, 22.

[61](#)Este episódio, de que resultou a dispensa do Dr. Luís José da Lança, por servir menos bem, terá repercussões no futuro (N. do A.).

[62](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 47-48. Não deixa de se notar uma contradição com o que refere na *Supplica*, editada em Dezembro do mesmo ano (nota 54).

[63](#)De seu nome, António José Correia. Encontramos registos nestas funções desde, pelo menos, 1805, no Arquivo do Físico Mor (FDUL). Abrantes acaba por desabafar na *Memória* que, tendo-o protegido, muitas vezes lhe terá sido ingrato e não correspondido às suas expectativas.

[64](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 23-24.

[65](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 77.

[66](#)O que muitos não compreenderam e... não lhe terão perdoado. (N.do A.)

[67](#)Não contratados por ele. Abrantes realça esse facto, dizendo que não contratou um francês sequer: “exemplo único em Portugal!”. Ver *Memória sobre a conducta*, 147.

[68](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 29.

[69](#)*Ibidem*, 27-28.

[70](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo José d’Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 131-135.

[71](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 29.

[72](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo José d’Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 138-139.

[73](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 30.

[74](#)Caso de um moço do Hospital do Grilo, preso por vender guisado de pés de galinha (Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.66-125), de um enfermeiro da Estrela, colocado em Porto Salvo e, posteriormente, na Graça, que roubava lençóis, e que, sendo despedido, fez uma exposição à Regência (*Memória sobre a conducta*, 78-79), e o episódio de desvio de comida das marmitas dos pacientes franceses na Graça (*Memória sobre a conducta*, 149-151).

[75](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 31.

[76](#)Casos de Dr. António Joaquim de Oliveira, Primeiro Médico do Hospital Militar de Santarém, e de Francisco Álvares da Silva, Primeiro Médico do Hospital Militar de Tomar, que se ofereceram gratuitamente para servir durante a guerra contra a França, bem como o de José Fradesso Belo, Primeiro Cirurgião do Hospital Militar de Elvas que cedeu em benefício do Estado o seu soldo de cirurgião-mor do Regimento de

Cavalaria N.º 8. Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.69-39. Afigura-se, pela leitura dos dois opúsculos invocados, que os oficiais da Contadoria tinham salários modestos (a título de curiosidade, regista-se que tinham que ter fiança para serem admitidos).

[77](#)Op. cit, 37.

[78](#)Depreende-se que, além de uma previsível melhor prestação e fiabilidade, essa preferência visava ajudar esses militares, uma vez que os soldos estavam atrasadíssimos (N. do A.)

[79](#)Op. cit, 31.

[80](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 143-145, e *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 32.

[81](#)Expressão da responsabilidade do Autor.

[82](#)Ver nota 40, página 52.

[83](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), Documento nº 5 do Anexo.

[84](#)Abrantes e Castro, *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 147.

[85](#)*Ibidem*, 157-158, 178-179, 181-182.

[86](#)*Ibidem*, 157.

[87](#)A falta de profissionais diplomados era significativa pelo que, frequentemente, os Comandantes os nomeavam sem a apresentação de provas perante o Físico Mor e o Cirurgião Mor dos Exércitos, como estava definido (N. do A.).

[88](#)Cirurgião do Exército Britânico, posteriormente também formado em Medicina, que,

sendo integrado no Exército Português durante a Guerra Peninsular, sucedeu a Abrantes como Inspector dos Hospitais Militares. Sob a égide de Beresford, as Juntas para admissão de cirurgiões passaram a ser constituídas por 3 cirurgiões: um britânico e dois portugueses. (N. do A.)

[89](#)Abrantes e Castro, *Supplica a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor* (Londres: M. Bryer, Dezembro de 1810), 36.

[90](#)Além de Nunes do Valle, outras personalidades, elementos ou entidades estariam envolvidas: o Dr. Lança, casado com uma sobrinha daquele, dispensado inicialmente da Graça, e, posteriormente repreendido, os Frades do Convento da Graça, pelos incómodos que tiveram, apesar de Abrantes provar que a decisão de aí instalar um Hospital foi tomada antes de iniciar funções a 2 de Janeiro de 1808, e elementos que tinham sido dispensados pelo seu carácter ou menor zelo... (N. do A.)

[91](#)Abrantes refere que até tentaram subornar um antigo criado para depor contra ele, na *Memoria sobre a conducta do Dr. Bernardo Jozé d´Abrantes e Castro desde a retirada de sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor para a América* (Londres: M. Bryer, Novembro de 1810), 145.

[92](#)*Ibidem*, 199.

[93](#)*Ibidem*, 200. Desse facto culpa os subalternos do Governo.

[94](#)*Ibidem*, 201. A descrição é pitoresca: “Cheguei a Faro porque quis, pois os dois Camaradas da Policia que me acompanharaõ, deixaraõ-me andar por onde quis em Setubal, onde podia embarcar para onde quizesse. (...) e assim como desembarquei em Villa Real, pelas nove da noite, podia desembarcar em Ayamonte. (...)”.

[95](#)D. Francisco Gomes de Avelar, pelo que podemos apurar.

[96](#)Seguramente do Governo da Regência, por delegação, dado o curto espaço de tempo entre o envio da missiva e a resposta. (N. do A.)

[97](#)Nas suas palavras, valido e informador do Bispo e que andaria sempre à cata dos pretensos jacobinos, para se fazer esquecer da relação que tinha tido com o Corregedor Mor Francês.

[98](#)*Op. cit.*, 208.

[99](#) *Op. cit.*, 210. Na sua opinião, isto teria sido feito de propósito para ser assassinado, já que a Guarda não tinha capacidade de ripostar.

[100](#) Nome completo identificado em correspondência existente no Arquivo do Físico Mor (FDUL).

[101](#) Graças ao omnipresente Bento de Araújo, que o tinha abonado. *Op. cit.*, 219.

[102](#) *Op. cit.*, 220.

[103](#) O passaporte conserva-se no Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.68-54.

[104](#) *Op. cit.*, 221.

[105](#) Conforme refere em carta para António de Araújo, de 7 de Outubro de 1812. Ver Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000405.

[106](#) Com a deslocação da Família Real para os territórios do Atlântico Sul, os portos daquele território foram abertos ao Comércio Livre. Não sendo preciso que as mercadorias passassem pela Metrópole, por sua vez sofrendo três invasões, o eixo comercial deslocou-se para Inglaterra, em geral, e Londres, em particular (N. do A.). Ver também José Tengarrinha, “Os Comerciantes e a Imprensa da Primeira Emigração”, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos, Faculdade de Letras da Universidade do Porto* (2004): 1069-1084.

[107](#) Sobre este assunto, ver o artigo de Luís Francisco Munaro, “Breve anatomia da comunidade portuguesa em Londres (1808-1822)”, *Intellèctus* Ano XV, n. 1 (2016): 222-240.

[108](#) António Ventura, *Uma História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986* (Lisboa: Círculo de Leitores, Dezembro de 2013), 82.

[109](#) *Ibidem*, 82.

[110](#) Carta suplicando a sua protecção – Ms.Av.67-58. Todavia, uma carta, Ms.Av.65-87, de Lisboa, supostamente datada de 1810, dirigida ao Conde de Aguiar, poderia lançar incertezas, não fosse o teor, que levantava questões anacrónicas ao referir que a 4 de Fevereiro tinha enviado exemplares da “Memória” e da “Supplica”, e a existência de



uma cópia exacta, Ms.Av.67-59, datada de 1 de Outubro de 1811 e enviada de Londres.

[111](#)A actual pandemia condicionou muito o acesso a este acervo. As consultas aconteceram na quase totalidade no segundo semestre de 2020.

[112](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-58.

[113](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-111. De seu nome José António de Meneses Sousa Coutinho, era irmão de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, e de D. Domingos de Sousa Coutinho, Conde do Funchal. Abrantes realçando que, apesar do sucedido e da liberdade da imprensa em Inglaterra, sempre tratou os Governadores do Reino com todo o respeito nas suas *Memórias sobre a Conducta* e pede autorização para enviar cópias aos seus amigos, entre os quais Bernardino António Gomes, José Fradesso Bello, Cirurgião do Hospital Militar de Elvas, os Médicos dos Hospitais Militares de Lagos e Tavira, entre outros.

[114](#)Relativamente a este, cuja correspondência mútua será invocada no contexto do *Investigador Portuguez*, identificamos uma minuta de carta do Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro, datada de Londres, a 2 de Dezembro de 1810, a ele dirigida, sobre as emendas propostas para a sua memória sobre o Bispo do Algarve - Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-57. Abrantes não se teria esquecido das suas acções...

[115](#)Isabel Lustosa, *O Jornalista que Imaginou o Brasil -Tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)* (Campinas: Editora Unicamp, 2019).

[116](#)*Ibidem*, 110-129. O *Correio* era subsidiado pela Corte até Hipólito ter começado a atacar os irmãos Sousa Coutinho (entre outras razões, por exemplo, pelo tratado de 1810), altura que o apoio cessou e a sua distribuição no Brasil foi proibida (mas circulava clandestinamente). Contudo, Hipólito, tendo enviado o médico Heliodoro Carneiro como emissário, terá conseguido um apoio encoberto do próprio Príncipe Regente, que aparentemente gostava de saber o que se dizia de ou faziam os seus Ministros.

[117](#)Ver Ofício, em nome de S.A.R., dirigido ao Conde do Funchal. Conjunto documental: Avisos e Ofícios. Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Notação: IJJ1 703, Data: 16 de Janeiro de 1812. Título do fundo: Série Interior, Código do fundo: A6. Folha(s): 27-28.

[118](#)*Op.cit*, 129-131.

[119](#)O *Investigador Portuguez em Inglaterra ou Jornal Literário, Político, &c*, de seu título completo.

[120](#)Ver correspondência com o Conde da Barca, Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000409. Numa primeira fase, Abrantes tentou a transferência do Jornal para Lisboa e, posteriormente, sugeriu Miguel de Castro, “cazado com uma Inglesa”, e que queria permanecer mais algum tempo em Inglaterra.

[121](#)Mas a consulta das colecções existentes em diversos arquivos confirma que o Volume I, que inclui o Prospecto, foi publicado em Julho. (N. do A.)

[122](#)Fernando José Egídio Reis, “Comunicando as Ciências ao Público. As ciências nos periódicos portugueses de finais do séc. XVIII e princípios do séc. XIX”, *ACTAS DO III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO* - Volume III (2005): 305-315.

[123](#)Em particular, uma primeira edição de uma obra sobre o estado do Exército Português, de seu título completo *Observations on the present state of the Portuguese Army as organised by Lieutenant General Sir William Carr Beresford, K.B. Field Marshal and Commander in Chief of that Army with an account of the different Military Establishments and Laws of Portugal and a sketch of the Campaigns of the last and present year during which the Portuguese Army was brought into the field against the enemy, for the first time as a Regular Force* (Londres: C. Baldwin, 1811). O autor fez nova edição em 1812, retractando-se parcialmente, com alterações relativas aos méritos e ao papel desempenhado por Abrantes.

[124](#)Consultado “on-line” na Biblioteca Nacional de Portugal, já em 2019. Londres: M. Bryer, 1812. Cota do exemplar digitalizado: hg-2766-1-v. Ligação: <https://purl.pt/28679>.

[125](#)Isabel Lustosa, *O Jornalista que Imaginou o Brasil - Tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)* (Campinas: Editora Unicamp, 2019), 131: transcrições do *Investigador* e do *Correio* em números de 1813.

[126](#)Ver também páginas 71-72.

[127](#)Nos feridos, muitas vezes com graves ou prolongadas hemorragias, a sangria ainda era mais prejudicial. Hoje em dia, a sangria tem raríssimas indicações, como a Hemocromatose ou Policitemia Vera (doenças em que o ferro se acumula no corpo ou há excesso de células vermelhas, com aumento da viscosidade sanguínea, respectivamente). O uso de mercúrio na finalidade descrita, e doses preconizadas,

revelou-se potencialmente tóxico. A intromissão de Beresford foi alvo de protesto do Deputado do Físico Mor a D. Miguel Pereira Forjaz. Por outro lado, o próprio Halliday fez prescrições muito duvidosas, entre elas, de leite com água de cal em casos de disenteria, que culminaram em desastre (ver *Jornal de Coimbra*, Vol. IV, nº XIX (Julho de 1813): 251-252). (N. do A.)

[128](#)O *Jornal de Coimbra*, Vol. I, nº 2 (Fevereiro de 1812): 95-112 e nº 3 (Março de 1812): 208-213.

[129](#)Pelo número de páginas referido - 6 (625-631) - poderia ser o *Correio Braziliense*, mas tal hipótese é afastada pelo facto de o número em que tal é debatido ser datado de Maio de 1812 (Vol. VIII) e já fazendo, inclusivamente, referência ao artigo do *Jornal de Coimbra* (a crítica é também mais acerada do que a descrição feita).

[130](#)O *Investigador*, Número V (Dezembro de 1811): 190-241.

[131](#)Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004), Vol. I, 445.

[132](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-52.

[133](#)Vamos encontrar, no Arquivo do Físico Mor (FDUL), cartas a ele dirigidas até Abril (o que se compreende pela natural morosidade das viagens e consequente recepção de correspondência e notícias).

[134](#)Andrew Halliday, *The Present State of Portugal, and of the Portuguese Army: With an Epitome of the Ancient History of that Kingdom, a Sketch of the Campaigns of the Marquis of Wellington for the Last Four Years, and Observations on the Manners and Customs of the People, for the Last Four Years, and Observations on the Manners and Customs of the People, Agriculture, Commerce, Arts, Sciences, and Literature* (Edimburgo: G.R. Clarke, 1812 ; Londres: Longman & Co, 1812).

[135](#)Abrantes faz menção dessa passagem a Araújo de Azevedo, em carta datada de 8 de Dezembro de 1812. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000411.

[136](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.68-39.

[137](#)Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004),

Vol. I, 445-446.

[138](#)Lewis Goldsmith, *História Secreta do Gabinete de Napoleão Bonaparte, traduzida em portuguez por \*\** (Londres: M. Breyer, Impressor, Bridge Street, Blackfriars, 1811). Ver Livraria Ferreira: <https://www.livrariaferreira.pt/livro/historia-secreta-do-gabinete-de-napoleao-bonaparte/>.

[139](#)Quase seguramente o seu futuro sogro, José Bento de Araújo. No entanto, mais adiante, a referência em "fim de meu querido pai" não afasta a hipótese do pai biológico... (N. do A.)

[140](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-11. Nesse documento, regozija-se com esta notícia, como o maior triunfo que podia alcançar sobre os seus inimigos, o maior dos quais Nunes do Valle, e informa que Linhares irá enviar Aviso para a Regência.

[141](#)Abrantes dirá, em carta datada de 8 de Outubro de 1812, que tal graça teria sido sancionada por Araújo de Azevedo, por merecimento dos seus serviços, mas que não teria sido sancionada pela sua saída do Ministério. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000408.

[142](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-54 (4 de Abril de 1812).

[143](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-55.

[144](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-53.

[145](#)Arquivo Distrital de Braga / Fundo do Conde da Barca.

[146](#)Que afirma não saber Português, desempenhando um cargo que poderia ser assumido por qualquer literato, quando seria mais útil nas suas funções, não ficando bem um lente ser gazeteiro... Abrantes chega a assegurar a Linhares que Soares Franco é protegido por Salter de Mendonça, Secretário da Guerra e da Marinha. Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-53 e Ms.Av.67-65.

[147](#)Nas suas palavras "meu capital inimigo", redactor do *Jornal de Coimbra*. Este periódico, na sua opinião, terá surgido para deitar abaixo o *Investigador*, mas "com ataques tão tolos, tão injustos ou insignificantes" que Funchal lhe terá ordenado não responder. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000414.

[148](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000403.

[149](#)Por Carta de de 16 de Maio, de Abrantes e Castro, sabemos que nesta data a sua esposa teria entre 19 a 20 anos e que ele chegou a tê-la ao seu colo quando visitava o pai anos antes... Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000417. Por carta do seu cunhado, de 1 de Maio de 1813 - Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/00018, e pela Certidão de Óbito de Abrantes, de 20 de Novembro de 1833 - Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.61-1, sabemos que se chamava Ignez (nome de casada: Ignez Joaquina d`Araújo e Castro).

[150](#)Mais uma prova inequívoca que o Jornal era subsidiado pela Corte do Rio.

[151](#)Pormenor interessante: nesta missiva recorda a Araújo e Azevedo que fora o primeiro a profetizar, havia 8 meses, que Bernardotte não era “amigo do thyrano” e que se iria aliar à Rússia e a Inglaterra... Aliás, em diversas cartas, Abrantes informa os seus interlocutores, em especial Araújo e Azevedo, de notícias ou novidades relacionadas com a Guerra na Europa e Napoleão.

[152](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000404.

[153](#)Que, aliás, será repreendido, pelos Condes do Funchal e de Palmela, pela sua “preguiça”, em particular pelas más traduções do Inglês, aquém das suas capacidades, e que foram alvo de crítica pelo *Correio Braziliense*. Isto, na sequência da demarcação de Abrantes, que se sentiu obrigado a declarar, na presença dos titulares, que apenas tinha traduzido dois únicos artigos no número em causa... Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000414. Este episódio poderia reforçar a má impressão sobre o carácter de Abrantes; todavia, Isabel Lustosa, no seu trabalho, regista igual testemunho, desta vez de José Liberato. Ver *O Jornalista que Imaginou o Brasil -Tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)* (Campinas: Editora Unicamp, 2019), Cap. 3, nota 37,145.

[154](#)Por isso, Abrantes chega a pedir a Funchal que escreva ao sogro, explicando isso mesmo. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000405.

[155](#)Mesmo manuscrito.

[156](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000408, datado de 8 de Outubro de 1812. Além de asseverar que o lugar lhe pertence por direito, afirma que nesse caso pouparia 300 contos de reis por ano, valor que estariam roubando anualmente na Repartição dos Hospitais Militares Portugueses (como já referido).

Chega mesmo a afirmar que todo o Exército e Beresford estimariam muito que fosse restituído ao seu emprego ou posto à frente dos Hospitais Militares, qualquer que fosse o seu título...

[157](#)Médico, personagem controversa no que diz respeito à sua cultura médica e costumes, manifestou-se contra a vacina da varíola, editando um opúsculo que causou impacto negativo na opinião pública sobre este tema. Frequentando a Casa da Marquesa de Alorna, em Londres, seduziu a sua filha mais nova, com quem casou já grávida. Esta morreu poucos dias após o parto estando Heliodoro no Rio de Janeiro, não só para se justificar e pedir protecção na Corte, para si e esposa, mas também como emissário de Hipólito no que diz respeito a angariação de apoio oficial ao *Correio Braziliense*, que foi feito sub-repticiamente através da Intendência Geral da Polícia, via erário do Maranhão, por ordem do Príncipe Regente. (N. do A.). Ver Isabel Lustosa, *O Jornalista que Imaginou o Brasil -Tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774-1823)*, (Campinas: Editora Unicamp, 2019).

[158](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000409.

[159](#)Com aspectos interessantes como o da missiva (em que Abrantes lhe pede uma certidão), datada 26 de Fevereiro de 1812, na qual Silveira comenta que o General Sepúlveda está a alardear feitos que não fez, nunca tendo disparado um tiro ou visto franceses em combate. Por tal motivo, ele, Silveira, já mandou algumas emendas a José Acúrcio das Neves, para a sua *História Geral das Invasões dos Francezes (...)* Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av. 67-183.

[160](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.68-53. Além do próprio, o Bispo dos Açores, o Juiz de Fora de Ponta Delgada, um Médico, Juristas, etc.

[161](#)Em 12/11/1812. Ver Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *in Mordomia-Mor da Casa Real - Foros e Ofícios 1755-1910* (Lisboa: Tribuna, 2007), Tomo II, 22.

[162](#)Ou, de acordo com o que a representação numérica anterior, 1,200,000 Rs.

[163](#)“Não querendo parecer aos meus inimigos que depois de agraciado abandonava o Real Serviço!” Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000412.

[164](#) No caso, o Dr. João Bernardo. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000421.



[165](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000417.

[166](#)Mesmo documento.

[167](#)D. Miguel Pereira Forjaz.

[168](#)Raimundo por “um louvável fim”, D. Miguel “para armar uma guerra com o Investigador”...Nesta fase a sua relação com Nogueira é dúbia, pois não percebe, por exemplo, porque aquele acha que um elogio de um jornal inglês o pode comprometer. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000417. Anteriormente, em carta de 30 de Abril de 1813, percebe-se que há uma acção directa de Nogueira sobre o *Investigador*, ao ordenar que a resposta ao artigo publicado pelo Desembargador Vicente da Costa saia em Maio, assegurando a Abrantes, por outro lado, que a opinião geral da nação é oposta aos “devaneios de quatro cabeças esquentadas”, que agem por vinganças particulares, e que os Redactores do *Investigador* merecem o louvor dos seus concidadãos. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000419.

[169](#)Carta do Cunhado, Joaquim José Rolin, de 1 de Maio de 1813. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000418.

[170](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000422.

[171](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000422.

[172](#)Que aparentemente não tiveram parecer favorável de Funchal (Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000426) mas mereceram elogios de Azevedo (Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000428).

[173](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000424. Abrantes estava sempre atento às diversas movimentações e jogadas políticas e diplomáticas na Europa...

[174](#)Teodoro José Pinheiro, de quem, aliás, Abrantes se queixará mais vezes, mesmo em relação ao *Investigador* (Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000425, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000426, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000428).

[175](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000431. Datada de 26 de Maio de 1814, nessa carta, além deste agradecimento, felicita António de Araújo de

Azevedo pela sua nomeação para Ministro de Estado da Marinha e do Ultramar.

[176](#)De seu nome completo: *Campeão Portuguez Ou o Amigo do Rei e do Povo*. (N. do A.)

[177](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000433 e PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000434. Correspondência para Azevedo, datada de 23 de Junho de 1814 e 23 de Julho de 1814, respectivamente.

[178](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000437 (documento em estado de conservação deficiente, sendo de difícil consulta “on-line”).

[179](#)Pelo que foi possível apurar, sucedeu a José Carlos Barreto, nomeado em 1813, após a morte de João Manuel Nunes do Valle. Ver *Jornal de Coimbra*, 1814, Vol. VII, Parte I, 24. Foi um dos médicos do Hospital da “Estrella” que Abrantes preferiu para exercício de funções no Convento da Graça. Ver p. 17.

[180](#)Este teor é reiterado em missiva de 1 de Fevereiro de 1815 (Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000440). Nesta diz que o plano de Castilho falhou e que ele foi mandado regressar à Universidade. Também refere a Azevedo que continua a recusar regressar à Repartição dos Hospitais Militares sem ser revogado o Regulamento de 1813.

[181](#)Este parecer, que consta na missiva mencionada na nota anterior, juntamente com a documentação relacionada com este interessante caso, está devidamente conservado e consultável no AHM, Cota PT/AHM/DIV/3/16/01/04/165. Os principais problemas estruturais elencados prendiam-se com a falta de água encanada e de latrinas em número e condições adequadas a um hospital. O parecer está transcrito na obra de Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004), Vol. I, 576-579.

[182](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000443, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000444, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000448, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000449.

[183](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-193.

[184](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-197, Ms.Av.67-198.

[185](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000445.

[186](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000447.

[187](#)Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000443, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000444, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000445, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000448 e PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000449.

[188](#)Em Março deste ano, por motivos que desconhecemos, deixou de receber a sua pensão de 1.200\$000 reis, sendo que em Julho de 1822, temos conhecimento que fez novo requerimento ao Ministro da Fazenda e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda. Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-13.

[189](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-57.

[190](#)A ponto de se desculpar pelo atraso, alegando ter estado doente.

[191](#)A sempre presente preocupação de Abrantes com despesas desnecessárias ou excessivas! (N. do A.)

[192](#)Abrantes tem a noção que não será fácil o cálculo proporcional da representatividade, tendo em conta que o Reino se despovoou com a guerra, emigrações, etc.

[193](#)Segundo pudemos perceber do exposto no manuscrito. (N. do A.)

[194](#)Bernardo José de Abrantes e Castro, *A Nação Inglesa Vingada ou resposta à infame proclamação, que nos fins de Janeiro de 1825, se espalhou nas cidades de Lisboa, e do Porto e nas províncias do Norte contra a nação e contra o governo inglês*, 2ª Edição (Londres: Thompson e Gill, 1827).

[195](#)*Diário do Governo*, n.º 67 (20 de Março de 1822): 471 (corresponde à página 5 desse número), [DIGIGOV \(cepese.pt\)](#) (Consultado em Maio de 2021).

[196](#)Ver António Ventura, *História da Maçonaria em Portugal, 1727-1986* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2013), 124, *Diário do Governo*, n.º 123 ( 27 de Maio de 1822): 867-868 (corresponde às páginas 7-8 desse número), [DIGIGOV \(cepese.pt\)](#) (Consultado em Abril de 2021), e *Diário do Governo*, n.º 93 ( 22 de Abril de 1822):

649-651 (corresponde às páginas 5-7 desse número), [DIGIGOV \(cepese.pt\)](http://DIGIGOV.cepese.pt) (Consultado em Maio de 2021).

[197](#)Ver *Diário do Governo*, n.º 189 (13 de Agosto de 1822): 1389 (corresponde à página 1 desse número), [DIGIGOV \(cepese.pt\)](http://DIGIGOV.cepese.pt) (Consultado em Abril de 2021).

[198](#)Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cota PT/TT/RGM/F/0000/139616.

[199](#)Ver *Diário do Governo*, n.º 295 (14 de Dezembro de 1822): 2189-2194 (corresponde às páginas 2-8 desse número) [DIGIGOV \(cepese.pt\)](http://DIGIGOV.cepese.pt) (Consultado em Março 2021).

[200](#)*Diário do Governo*, n.º 2 (Janeiro de 1823): 8-11 (corresponde às páginas 2-5 desse número), [DIGIGOV \(cepese.pt\)](http://DIGIGOV.cepese.pt) (Consultado em Março de 2021), e página oficial da Sociedade de Ciências Médicas (consultado em 2020).

[201](#)Página oficial da Sociedade de Ciências Médicas (consultada em 2020).

[202](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-170.

[203](#)Os médicos que fizeram parte da Junta mencionada anteriormente.

[204](#)De seu nome completo João Bernardo da Rocha Loureiro. Advogado, escritor, jornalista, político, maçom, já tinha estado anteriormente emigrado também em Londres (1812-1820) onde publicou *O Português ou o Mercúrio Político, Comercial e Literário*. Em 1823, refugia-se novamente em Londres, onde permanece até 1835, voltando a publicar *O Português*. (N. do A.)

[205](#)Expressão do autor.

[206](#)Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Cotas PT/TT/RGM/F/0000/139630, PT/TT/RGM/F/0000/139633 e PT/TT/RGM/F/0000/139636, respectivamente. Ver também Nuno Gonçalo Pereira Borrego, *Mordomia-Mor da Casa Real - Foros e Ofícios 1755-1910* (Lisboa: Tribuna, 2007), Tomo II, 70 e 126.

[207](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-165.

[208](#)Mesma pasta.

[209](#)Que reedita em Londres, em 1827. Na Advertência à 2.<sup>a</sup> edição atribui claramente a sua autoria ao Conde de Suberra. Na Introdução de 1825 subentende-se, ao atribuí-la a um traidor que pegou em armas contra a Pátria e o seu Soberano. Esta obra de 124 páginas, além da Advertência e da Introdução, merece uma leitura atenta. A cada acusação, Abrantes responde com conhecimento de causa, demonstrando excelente cultura geral, conhecimentos dos factos políticos da época e grande poder de argumentação. Neste opúsculo realça as capacidades de Lippe e de Beresford (convidado por Portugal e não imposto pela Grã-Bretanha, como a Proclamação pretendia) na organização do Exército, comparativamente a D. Miguel Pereira Forjaz, Bernardim Freire e Gomes Freire. Em 1827, o Conselheiro não hesita colocar Pamplona e seus apaniguados no local do assassinato do seu aliado Marquês de Loulé (30 de Abril de 1824), defendendo, pelo contrário, Beresford das insinuações que aqueles teriam espalhado.

[210](#)Bernardo José de Abrantes e Castro, *A Nação Inglesa Vingada ou resposta à infame proclamação, que nos fins de Janeiro de 1825, se espalhou nas cidades de Lisboa, e do Porto e nas províncias do Norte contra a nação e contra o governo inglez* (Londres: Thompsom e Gill, 1827), vi (Advertência).

[211](#)Neste mesmo ano, por pressão deste e do Embaixador Francês (Neville), Suberra e Palmela, integrando o Governo da altura e conotados, respectivamente, com o partido francês e inglês serão afastados do executivo. (N. do A.)

[212](#)*Op. cit.*, vii (Advertência).

[213](#)Como, por exemplo, o Boletim de 30 de Junho de 1826, publicado no número 153 da Gazeta de Lisboa, de 3 de Julho de 1826, e outros. [Gazeta de Lisboa - Google Books](#) (consultado em Março de 2021).

[214](#)Ver RESPOSTA AOS COLABORADORES DO INFAME PAPEL INTITULADO CORREIO INTERCEPTADO NUMERO 6 IMPRESSO EM LONDRES | Livraria Manuel Ferreira (livrariaferreira.pt) (consultado em Novembro de 2020).

[215](#)Mesma página institucional. Hoje seria designada por «fuga de informação»... (N. do A.)

[216](#)Mesma página.

[217](#)Do antecedente um rival e, até, “inimigo”, como vimos...

[218](#)A saber: Juramento da Constituição na “Salla Grande”, com um posterior “Te deum” na Capela, seguido de visita às Enfermarias, Aceitação e Consultas, durando as cerimónias até 5 horas da tarde. Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.68-15.

[219](#)Bernardo José Abrantes e Castro, *Carta do Conselheiro Abrantes a Sir William A’Court, sobre a regencia de Portugal, e a Authoridade do Senhor Dom Pedro IVº, como Rey de Portugal, e como pai da Senhora D. Maria IIª* (Londres: Thompson e Gill, 1827) e Liliana Sofia Micaelo de Matos, *A Regência da Infanta Isabel Maria (1826-1828)* (Tese de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2018). Liliana Matos faz um excelente resumo do teor da obra de Abrantes e outras fontes sobre este período, nas páginas 43-46. Do opúsculo de Abrantes foram publicadas, na altura, traduções em inglês e em francês.

[220](#)Bernardo José Abrantes e Castro, *Carta do Conselheiro Abrantes a Sir William A’Court, sobre a regencia de Portugal, e a Authoridade do Senhor Dom Pedro IVº, como Rey de Portugal, e como pai da Senhora D. Maria IIª* (Londres: Thompson e Gill, 1827), 8.

[221](#)*Ibidem*, 8.

[222](#)Neste caso que se passa a relatar, via França, por um navio que atracou em Brest, segundo as notícias parciais que o Governo Francês terá fornecido ao nosso Embaixador. *Ibidem*, 9.

[223](#)Para isso sendo interrompido o luto ainda em observância pela morte de D. João VI, entre 31 de Julho e 2 de Agosto. Ver Liliana Sofia Micaelo de Matos, *A Regência da Infanta Isabel Maria (1826-1828)* (Tese de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2018), 39-40. Foram também dadas as instruções para as cerimónias do Juramento nas ilhas, possessões africanas e asiáticas e para os residentes no estrangeiro, no geral.

[224](#)*Ibidem*, 40.

[225](#)Daí, a data de 31 de Julho para o Juramento. Ver Bernardo José Abrantes e Castro, *Carta do Conselheiro Abrantes a Sir William A’Court, sobre a regencia de Portugal, e a Authoridade do Senhor Dom Pedro IVº, como Rey de Portugal, e como pai da Senhora D. Maria IIª* (Londres: Thompson e Gill, 1827), 13-16.



[226](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-60 (Comissão junto a D. Pedro IV - Instruções).

[227](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-54 (Comissão junto a D. Pedro IV - Relatório).

[228](#)Mesmo documento: D. Pedro determinou serem 10. Além de confirmar os cinco já nomeados, indigitou: O arcebispo de Elvas, o Bispo Eleito de Coimbra, os Conselheiros Filipe Ferreira de Araújo e Castro e Bernardo José de Abrantes e Castro e o Desembargador Francisco Manuel Gravito da Veiga Lima (que veio a ser um dos Mártires da Liberdade).

[229](#)Mesmo documento. D. Pedro manifestou estranheza por cerca de mil graças atribuídas, logo após a morte de D. João VI (que Abrantes imputa aos Conselheiros então em funções), pelo que determinou que, doravante, Sua Irmã lhe deveria apresentar as propostas de indivíduos a agradecer.

[230](#)Mesmo documento. A Infanta terá informado D. Pedro que Abrantes a secretariava, e Ele "(...) informado da fidelidade com que eu sempre servi a Vossa Alteza, houve por bem nomear-me secretário do Gabinete"....

[231](#)Mesmo documento. Que D. Pedro estava convencido já estar na alçada da Imperatriz Rainha desde a morte de D. João VI, o que na realidade não tinha acontecido, Nesse contexto, D. Pedro deu instruções para que as nomeações de Ministros Territoriais, Capitães, etc., fossem consideradas nulas, bem como todas as pensões ou encargos, depois da sobredita época.

[232](#)Mesmo documento. Não nos alongando, referimos apenas que eram artigos relacionados com a maioria da Princesa do Grão Pará e sua assunção das Coroas de Portugal e dos Algarves, a nomeação da Sua Irmão como Lugar-tenente, outorgando-lhe todos os poderes definidos pela Carta, excepto os do parágrafo 11, do artigo 75.º, Capítulo II, Título V (D. Pedro mencionou ter proposto esta importante medida para cortar todas as pretensões que o Infante D. Miguel ou da Sua Augusta Mãe pudessem ter à Regência).

[233](#)Mesmo documento. Que sobre este assunto não queria que o seu nome fosse invocado como estando na génese da iniciativa.

[234](#)Esta medida consta nas Instruções que Abrantes levava de D. Isabel Maria. Ver Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-60.

[235](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-54 (Comissão junto a D. Pedro IV - Relatório).

[236](#)Trata-se do valido de D. Pedro I do Brasil (IV de Portugal), conhecido pelo "Chalaça". Há diversa correspondência de Francisco Gomes da Silva para Abrantes, no Arquivo do Físico Mor (FDUL), entre 1827 e 1832.

[237](#)Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004), Vol. II, 211.

[238](#)Há uma minuta de carta de Abrantes para João Carlos Saldanha (de Oliveira Daun), dando-lhe conhecimento da publicação desta carta (Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-115), o que sugere, de facto, proximidade de ambos: ver página 47.

[239](#)Livraria Manuel Ferreira, MINHAS OBSERVAÇÕES A CARTA DO DOUTOR ABRANTES | Livraria Manuel Ferreira (livrariaferreira.pt) (consultado em Fevereiro de 2021).

[240](#)*Minhas observações á Carta do Doutor Abrantes* (Lisboa: Eugénio Augusto 1828), 29.

[241](#)*Minhas observações á Carta do Doutor Abrantes* (Lisboa: Eugénio Augusto 1828), 29.

[242](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-116.

[243](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.67-189.

[244](#)Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004), Vol. II, 209.

[245](#)Vieira Reis menciona dia 14 de Novembro. *Ibidem*.

[246](#)"Em o dia quinze de Novembro de mil oitocentos e trinta e três, em a Rua dos

Algebebes desta Freguezia de Santa Maria Magdalena faleceu com o sacramento da Extrema Unção somente, o Doutor Bernardo José d`Abrantes e Castro, casado com D. Ignês Joaquina d`Araújo e Castro: ficou-lhe um filho, e fez testamento. Foi depositado no Cemitério dos Barbadinhos da Boa Morte (...). O Prior Manoel Joaquim de Souza Carneiro". Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-1.

[247](#)Arquivo do Físico Mor (FDUL), Ms.Av.65-66.

[248](#)Estivesse ela sediada em Portugal (sobretudo Lisboa), em Paris ou Londres.

[249](#)Carlos Vieira Reis, *História da Medicina Militar Portuguesa* (Lisboa: EME, 2004), Vol. II, 210.

[250](#)Ver Liliana Sofia Micaelo de Matos, *A Regência da Infanta Isabel Maria (1826-1828)* (Tese de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2018), Anexos: Figura A.12 - Carta de D. Isabel Maria a D. Pedro - Museu Imperial de Petrópolis, Outubro de 1826 (pág. 9 e pág. 10). Esta carta atesta a fidelidade e espírito de missão de Abrantes e um carácter mais resolutivo da Infanta do que a Historiografia geralmente consagra.

[251](#)O convite supostamente viria de Hipólito da Costa. Missiva de 14 de Novembro de 1812. Arquivo Distrital de Braga, PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000409.

[252](#)Mesmo documento. Nas suas palavras: "(...) era preciso ter hum grande T na testa (...)".

[253](#)Mesmo documento. Portanto, não seria porque discordava, mas apenas porque S.A.R. não permitia... (N. do A.)

[254](#)Ver Liliana Sofia Micaelo de Matos, "A Regência da Infanta Isabel Maria (1826-1828)" (Tese de Mestrado, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2018), Anexos: Figura A.12 - Carta de D. Isabel Maria a D. Pedro - Museu Imperial de Petrópolis, Outubro de 1826 (pág. 9 e pág. 10).

[255](#)O que se pode designar por *Locus* de controlo externo. (N. do A.)